FACULDADE DO BAIXO PARNAÍBA
CURSO DE PEDAGOGIA

ISMENIA DO NASCIMENTO DOS SANTOS
RICELLE DO NASCIMENTO DOS SANTOS

A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Chapadinha
2013

ISMENIA DO NASCIMENTO DOS SANTOS
RICELLE DO NASCIMENTO DOS SANTOS

A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba para obtenção do grau de Licenciados em Pedagogia.

Orientadora: Nívia Maria Silva Bastos

Chapadinha
2013

ISMENIA DO NASCIMENTO DOS SANTOS
RICELLE DO NASCIMENTO DOS SANTOS

A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba para obtenção do grau de Licenciados em Pedagogia.

Orientadora: Nívia Maria Silva Bastos

Aprovada em ___/____/_____

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Nívia Maria Silva Bastos
Especialista em Docência do Ensino Superior

1º Examinador

2º Examinador

À nossa Família.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de vida e sabedoria.

À Isangela, mulher que adentrou em minha vida e me faz crescer como homem, como pessoa, como profissional que dentre suas possibilidades me fez enxergar um mundo novo. Esperando sempre tê-la perto de mim. A você, o meu muito obrigado, mesmo ciente de que quaisquer que sejam as palavras, jamais conseguirão expressar toda a minha admiração por ti.

Aos meus queridos filhos Ícaro, Ítalo. Sou muito grato por tê-los presente em minha vida. (Ricelle)

A todos da nossa família que, de alguma forma, incentivaram-nos na constante busca pelo conhecimento. Em especial aos nossos pais Raimundo José (Zuzu) e Maria Vale.

À nossa, avó Deusanira Leite Vale (In memoriam), pessoa importante neste trajeto, e na certeza de que onde estiver este momento de alegria também será compartilhado por ela.

Aos irmãos Renancio, Izabel, e sobrinhos Yara e Eduardo.

À nossa professora orientadora Nívia Bastos, pela aceitação do nosso projeto e por nos permitir a discussão de um tema que instiga a sociedade há várias décadas. Sua orientação segura e competente, seu estímulo constante que nos permitiram a concretização deste estudo. Agradecemos pela compreensão de nossos limites, auxiliando-nos com sua abrangente sabedoria de forma clara e precisa para a elaboração deste trabalho.

Findando uma etapa muito especial, em que a alegria término funde-se ao cansaço, torna-se difícil lembrar-nos de todos os colegas participantes dessa jornada, mas de uma maneira muito sincera, agradecemos a todos que de uma forma ou de outra colaboraram para a realização dessa monografia.

Nossos sinceros agradecimentos!

“No que diz respeito ao empenho, ao compromisso, ao esforço, à dedicação, não existe meio termo. Ou você faz uma coisa bem feita ou não faz”.

Ayrton Senna

RESUMO

O presente trabalho monográfico objetiva analisar a inclusão de pessoas com deficiência no meio escolar juntamente com a formação do professor para a educação especial. Adotou-se o método qualitativo de caráter bibliográfico, abordando temáticas inclusivas no meio educacional. Visando o contexto de inclusão fundamentado em autores como: Pessoti (1984), Mantoan (2006), Ferreira (2003) entre outros e documentos que asseguram os direitos de inclusão de pessoas com deficiências tanto no mercado de trabalho como na educação, assim temos como exemplo a Declaração de Salamanca (1994), LDB (9394/96), Direito da Pessoa com Deficiência (1989) e tantos outros que buscam equidade na qualidade para todos os cidadãos. Assim o trabalho está dividido em capítulos onde abordaremos a historia da educação especial e de como era tratada desde a idade antiga até os dias atuais. A legislação que assegura o direito de inclusão, a formação do educador e a inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais rede regular de ensino, a fim de despertarmos uma reflexão sobre a necessidade de uma formação específica para que as pessoas deficientes sejam atendidas, e recebam tratamento com a mesma equidade que as demais crianças do ensino regular na equidade da lei. O desafio de descobrir como fazer modificações no contexto educacional vem sendo o ponto muito favorável para inclusão de pessoas com deficiências, encaminhando-se a partir da fundamentação teórica teve subsídios suficientes para a formulação dos instrumentos de pesquisa que se deu em forma de questionário qualitativo a professores, gestor e coordenador de ensino abordando a árdua tarefa de incluir alunos com deficiência.

Palavras - Chave: Educação Especial. Inclusão. Formação Docente.

ABSTRACT

This monograph aims to analyze the integration of people with disabilities in the school environment with teacher training for Special Education. Addressing issues in inclusive educational environment. Targeting the context of inclusion based on authors as Pessoti (1984), Mantoan (2006), Ferreira (2003) among other documents and ensure that the rights of inclusion of people with disabilities in both the labor market and in education, as well as have example Salamanca Statement (1994), LDB (9394/96), Law of Persons with Disabilities (1989) and many others who seek quality equal to all citizens: Thus the work is divided into chapters which discuss the history of special education and how it was treated since ancient age to the present day. The legislation ensures the right to inclusion, teacher education and inclusion of persons with disabilities in mainstream education, to awaken a reflection on the need for specific training for children with special educational needs are met and treated received with the same fairness that other children's regular education. The challenge of figuring out how to make changes in the educational context has been very favorable point for inclusion of people with disabilities, heading from the theoretical foundation had sufficient subsidies to the formulation of the research tools that are given in the form of a qualitative questionnaire teacher, manager and teaching coordinator addressing the arduous task of including students with disabilities.

Keys-Word: Special Education. Inclusion. Teacher Training

LISTA DE SIGLAS

CAPES-	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior;
IBC-	Instituto Benjamim Constant;
INES-	Instituto Nacional de Educação de Surdos;
LDB-	Lei de Diretrizes e Bases da Educação;
MEC-	Ministério da Cultura e Educação;
NEE-	Necessidades Educacionais Especiais;
ONU-	Organização das Nações Unidas;
PNEs-	Pessoas com Necessidades Especiais**;**
PNE-	Plano Nacional de Educação;
PPP-	Projeto Político Pedagógico;
SEESP-	Secretaria de Educação Especial de São Paulo;
SEMED-	Secretaria Municipal de Educação.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Qual sua formação?..... 42
Gráfico 2 - Em sua formação você recebeu alguma preparação para trabalhar com pessoas que tenham necessidades educacionais especiais? E qual?..... 43
Gráfico 3 - Há quanto tempo você exerce a profissão?..... 44
Gráfico 4- Você se considera preparado para trabalhar com inclusão?..... 45
Gráfico 5- A Secretaria Municipal de Educação oferece formação continuada na área da Educação Especial?..... 45
Gráfico 6- O que falta para melhorar?..... 46
Gráfico 7- O deficiente é um inválido?..... 47
Gráfico 8- Quando e qual foi à última formação na área da Educação Especial que você participou?..... 47
Gráfico 9- A sua escola possui alguma proposta de formação continuada?.... 48
Gráfico 10- Para você o que é um aluno com necessidades educacionais especiais?..... 49
Gráfico 11- O que é feito para garantir a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais na Rede Regular de ensino? 50

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 12
2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL..... 14
3 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E LEGISLAÇÃO..... 22
4 A FORMAÇÃO DO EDUCADOR E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA REDE REGULAR DE ENSINO..... 33
4.1 Formação Inicial..... 34
4.2 Formação Continuada..... 35
5 CARACTERIZANDO A PESQUISA..... 41
5.1 Caracterização da Escola..... 41
5.2 Análise de Dados..... 42
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 59
REFERÊNCIAS..... 62
APÊNDICES..... 66

1 INTRODUÇÃO

Por muitos tempos o descaso que foi sofrido por pessoas com deficiência seja ela de qual for a ordem sofrem discriminação, apesar de que se vive hoje em tempos de mentes mais abertas e avanços tecnológicos, juntamente com o desenvolver científico buscamos a perspectiva investigativa a fim de tentar responder embates referentes a Educação Especial. Este fato interfere na relação individual e coletiva das pessoas dificultando assim, o processo de inclusão e acesso escolar. A ideia de inclusão procura entender e adaptar as necessidades de pessoas com deficiência, propiciando uma sociedade digna e igual para todos. Faz-se necessário uma abordagem crítica a respeito do que realmente se encontra no âmbito escolar público, professores com escassez de conhecimento em relação às deficiências das pessoas é um dos pontos prejudiciais para o desenvolvimento dos trabalhos educacionais.

Pode-se afirmar que tal desenvolvimento só será possível quando for tomada consciência de que todos têm direitos de equidade estabelecidos e assegurados por lei, o trabalho monográfico tem papel fundamental na busca de conhecimentos sobre a formação dos professores frente a Educação Especial, deste modo a pesquisa está dividida em capítulos que abordam as várias fases educacionais, desde a idade antiga até os momentos mais atuais.

Desta forma, a inserção de alunos com deficiência, seja ela mais grave ou não em escolas regulares torna-se um desafio constante, além da garantia do direito de todos à educação, a inovação traz à tona o que para muitos parece inusitado na concretização do obvio, do simples, do que é possível fazer, mas precisa ser desvelado para que possa ser compreendido e que quebre as barreiras da resistência e da aceitação de toda a sociedade, se não favorecerão e não darão brilho e vigor no debate das novidades.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) 9394/96 defende a formação profissional valorizando a categoria, mas foi observado durante a pesquisa de campo que, esta formação não esta sendo valorizada de forma proveitosa pelos professores, dos envolvidos na pesquisa foi apontado que em sua maioria o interesse era somente em concluir a formação inicial, não havendo o mesmo interesse no aprofundamento profissional, uma vez que não há por parte da Secretaria de Educação tal formação contínua na área de Educação Especial.

A educação é uma questão de direitos humanos e indivíduos com deficiência devem fazer parte das escolas, as quais precisam modificar seus métodos de inclusão a fim de aceitar todos de forma igualitária, cabendo a cada um tomar a decisão de acompanhá-las defendendo a bandeira de escola de qualidade e inclusiva. Em consequência dos rumos da inclusão e da adequação de escolas à necessidade educacional especial de cada aluno e a formação do professor o trabalho decorre-se em forma de questionário, onde se buscam informações oriundas de profissionais educacionais tais como professores, gestor e coordenador. A abordagem foi dividida em capítulos acompanhando os relatos da história educacional desde o mais remoto dos tempos até as dificuldades da comunidade escolar em relação ao tema em estudo nos dias atuais.

No capítulo inicial é abordado todo o processo histórico referente à Educação Especial onde se vê a origem das deficiências e como eram tratados os indivíduos em cada época. O segundo capítulo dá ênfase à legislação que rege a educação inclusiva e asseguram os direitos educacionais das pessoas com deficiência. O terceiro capítulo trata da formação do professor para o trabalho com inclusão enfatizando a importância de permanência em um contínuo processo de construção de conhecimento. O quarto capítulo traz o duro enfrentamento do embasamento com a realidade educacional em que se vive cotidianamente nas escolas, realidade esta que se mostrou impregnada de segregação dos alunos em pleno o século XXI. O quinto capítulo refere-se à conclusão da pesquisa mostrando os fatores que ainda interferem para uma boa qualidade educacional.

2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Na idade antiga, os escritos indicam que em Roma, crianças que tinham seus nascimentos regidos por alguma deficiência ou alguma má formação eram de forma grotesca jogadas em pequenos balaios nas margens do rio Tibre. Mas Roma apresentou em seu império alguns imperadores que tinham algum tipo de deficiência, grandes nomes como: Júlio Cesar e Nero que eram apontados como deficientes. Só que suas deficiências eram ocultadas e ignoradas pela população, por conta do poder que os imperadores tinham em suas mãos para governar. Contudo a segregação não ocorreu para os imperadores. Na Grécia, a deficiência era tratada com desvantagens, a escassez de oportunidade para estas pessoas foi exorbitante julgando-se que a beleza e o culto ao corpo e à perfeição física que envolvia o contexto da época e era um requisito para que a pessoa fosse inserida na sociedade, e uma pessoa com deficiência, malformada, era vista como uma ofensa ao povo.

Portanto, quando nascia uma criança que trazia qualquer tipo de deficiência, esta devia passa por um critério de avaliação que resolveria se deveria viver ou morrer. A criança designada à morte era levada ao Apothetai, o que significa depósito. Como em Roma, também na Grécia houve mais pessoas do alto escalão que eram detentoras de alguma deficiência e devido a sua importância política ou status social, não passavam pelo conselho e tiveram a oportunidade de não serem segregados.

> Então, muito seguramente, podemos colocar que a sociedade não só eliminava as pessoas consideradas diferentes, mas também as fazia ficar nesta condição e perpetuava a questão de eliminação, num movimento cíclico e perene de segregação, em analogia ao “darwinismo social” e à “eugenia”, considerando que “os portadores de deficiência foram vistos como vilões portadores de taras hereditárias, que representavam um perigo para a continuidade da espécie” (PERANZONI E FREITAS, 2000, p. 08).

Ainda na Idade Antiga, o julgamento dessas pessoas devido sua deficiência se dava através de forças que segundo eles era oriunda dos deuses ou demônios, afirmando através da fé que as doenças eram de origem demoníaca, especificamente a deficiência mental. Com a chegada da idade média, aumentou a crença no sobrenatural devido a grande ascendência religiosa. Acreditando assim que o homem era detentor de poderes invisíveis, tanto para o bem quanto para o mal, o exercício de magia e as relações com o demônio faziam parte do dia-a-dia

(AMIRALIAN, 1986).

Em consequência disso, a sociedade atuava diferentemente com as pessoas com deficiência, de acordo com tipo de anormalidade apresentada: “os psicóticos e epilépticos eram considerados possuídos pelo demônio; alguns estados de transe eram aceitos como possessão divina, e os cegos eram reverenciados como profetas” (PERANZONI e FREITAS, 2000). Por causa dos rótulos que eram empregados aos deficientes, a sociedade fazia suas classificações em relação a cada deficiência que era muito preconceituosa. Já na Idade Media, a história da Educação Especial começou a se renovar no século XVI, os padrões daquela época começaram a serem contrariados quando médicos e pedagogos passaram a acreditar nas possibilidades de indivíduos, até então, tratados como ineducáveis. Baseados nos aspectos pedagógicos, de que a educação formal era direito de poucos, esses pioneiros realizaram seus trabalhos com base em tutoriais, sendo eles próprios os educadores de seus pupilos.

Porém, das poucas e insólitas experiências que começaram a desenvolver-se desde o século XVI, o cuidado foi simplesmente custodial, e a criação de asilos e manicômios foi a principal resposta social para a cura dos deficientes ou daqueles que de alguma forma era considerado diferente. O período foi de segregação, explicada pela crença de que a pessoa diferente seria mais bem tratada e protegida se resguardada e mantida em lugares separados dos ditos “normais”, o que na verdade esta ação visava à proteção da sociedade dos ditos “anormais”.

Por volta do século XVII, surgem explicações naturalistas para a conduta dos deficientes. Segundo Pessoti (1984, p.72), “o desenvolvimento da ciência permite questionar os dogmas religiosos e começam a surgir estudos mais sistemáticos na área médica visando explicar tais comportamentos”. Os conhecimentos na área da medicina demonstraram que algumas deficiências eram relativas de lesões e disfunções no organismo. Assim, a medicina inicia um forte avanço no campo educacional, os deficientes passaram a ser clientela e objeto de pesquisa da medicina. Não sendo vistas como vítimas, mas sim um início no desenvolvimento para o atendimento das necessidades básicas de saúde dos deficientes.

Portanto, pode-se dizer que houve um prosseguimento da segregação, com o intuito de aliviar tanto a sociedade quanto a família do fardo de seus

deficientes com oferta da cura para as PNEs que eram destinadas a estas instituições que atendiam diversos tipos de pessoas incluindo prostitutas, loucos e delinquentes.

Até o início do século XIX, a deficiência ainda estava relacionada à falta de capacidade e dependência, e não existia qualquer preocupação para mudar esse quadro. O desamparo e a eliminação das PNEs eram costumes comuns e eram baseados em preceitos morais e éticos que permeavam as relações sociais das diferentes épocas. Ainda no início do século XIX algumas importantes transformações ocorreram tanto na medicina como na cultura da população brasileira, estimulado pelas tendências européias que chegavam ao Brasil durante o império de Dom Pedro II, que em meados do século XIX criou instituições voltadas para a educação de deficientes, como exemplo, pode-se citar o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, criado em 1854 que durante muitos anos só serviu de asilo. Antes de proclamar a República, o ex-diretor do Instituto conseguiu por meio de uma lei um prédio próprio e definitivo, por volta de 1872 foi concluída uma parte das suas novas instalações, o prédio passou a ser ocupado após a Proclamação da República, no ano de 1889, no mesmo ano um decreto foi assinado pelo Marechal Deodoro da Fonseca e por Benjamin Constant, substituindo o antigo nome de Noé e passando a chamar-se Instituto Benjamin Constant (IBC) e teve seu regulamento aprovado.

Assim sendo, três anos após a criação do Instituto Benjamin Constant, D. Pedro II cria o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) pioneiro na sua área, que prestava atendimento especializado na área da deficiência auditiva, hoje visto como centro de referência na educação de surdos, inclusive com formação em graduação de profissionais da deficiência auditiva.

Na transição do final do século XIX e meados do século XX os estabelecimentos que atendiam as pessoas deficientes mentais, tanto os profundos quanto os moderados passaram a se organizar ainda que com a função de servir de asilo para que causassem menos transtorno e importunasse o menos possível à família e à sociedade, em meados do século XX surge a resposta mais ampla da sociedade para os problemas dos deficientes, tendo como motivo a instalação da indústria de reabilitação para tratar dos mutilados da guerra.

Os atrasos educacionais do nosso país no século XX, não eram compatíveis com o desenvolvimento que ocorria naquela época. Segundo Mantoan (2006), o desenvolvimento urbano-industrial, próprio do avanço das relações

capitalistas de produção, vai encontrar no analfabetismo um entrave à necessidade emergente de cidadãos que dominem a língua escrita para maior “integração social” e “inserção profissional”. Deste modo, inserir pessoas com deficiência à educação vem acontecendo a passos lentos, mas sendo alcançado gradativamente uma vez que se aumentam os caminhos educacionais para a maioria da população. Mas, tanto as classes quanto às escolas especiais simplesmente multiplicaram-se após as duas guerras mundiais atendendo às instituições residenciais como modalidade alternativa.

No período de 1910 e 1920, surgiram os primeiros debates sobre a educação do deficiente mental, sobre influência de pesquisas e estudos ainda do século XIX, sabendo-se que pouco contribuiu para a redução dos conceitos estereotipados em relação à deficiência. Segundo Ferreira (2003) as primeiras Sociedades Pestalozzi que apareceram no Brasil, datam da década de 1930. Instituições especiais de educação que perpetuam as ideias pedagógicas de Antipoff (1746-1827), com pretensão de maximizar o potencial das crianças, observando apenas os termos quantitativos. A sociedade Pestalozzi, portanto, visava atuar sobre diversos focos de exclusão social, provocada seja por problemas de miséria e abandono, seja por questões de deficiência mental no sentido restrito.

Já durante os anos de 1970 a 1990, acontece o processo chamado de integração, onde crianças e jovens com deficiência que eram julgadas mais capazes é que eram indicados para as escolas regulares, sendo que só continuava neste local se alcançassem o processo educacional comum. Nesse momento, foram criadas, dentro das escolas comuns, as classes especiais e para os deficientes mentais ou sensoriais, incluindo as dificuldades de aprendizagem foram criadas as salas de recursos. Nesse contexto, averígua-se que a Educação Especial brasileira é muito dependente da iniciativa tanto da sociedade civil, das intuições filantrópicas e de algumas organizações, de modo, que a Educação Especial foi estabelecendo como um sistema equivalente ao sistema educacional geral, por motivos, lógicos, políticos e legais, que deram subsídio para a criação de uma proposta de unificação.

Por volta do ano de1500 começa na Europa o histórico da Educação Especial, quando tiveram as primeiras iniciativas para ensinar a pessoa com deficiência. Anteriormente, os deficientes, eram de certa forma, depositados em asilos para que pudessem ser protegidos, pois não acreditavam que a pessoa com deficiência pudesse se desenvolver. Neste período os deficientes não eram

atendidos em escolas. O que acontecia é que alguns educadores decidiram dar aulas particulares para essas crianças, algo como “preceptor”, mas somente crianças de famílias economicamente bem é que tinham estes professores particulares. Esse trabalho começou somente com crianças surdas. Em 1700, as pessoas com problemas visuais começaram a receber educação. As que possuíam problemas mentais continuavam recolhidas junto com as outras que não tinham uma situação econômica boa para ter aulas.

Depois de muitos anos começaram a surgir as primeiras instituições especializadas. O Instituto Nacional de Surdos-Mudos criado no ano de 1760 na França, vinte e quatro anos depois é a vez dos cegos com a criação do Instituto do Jovem Cego. Depois da concepção dos institutos à educação de cegos e surdos começou a evoluir, já que os mesmos se dedicavam aos estudos, contudo este processo foi lento e não contava com o apoio da sociedade. O que lhes eram ensinados nas escolas eram os trabalhos manuais e a comunicação por gestos para os surdos, o sustento dos alunos se dava através dos objetos artesanais produzidos por eles e vendidos na própria instituição. Vindo a servir de modelo para os países que a partir de então começaram a criar instituições iguais.

O aprendizado de leitura, escrita, cálculos e arte demoraram um pouco mais para ser adotado nessas instituições. Chegando a 1832 vê-se o começo da educação para os deficientes físicos, quando foi criado o primeiro instituto na Alemanha. Somente em 1848 nos Estados Unidos é que se tem registro do acolhimento dos deficientes mentais. O Brasil seguiu os mesmos passos da Europa. As primeiras instituições foram voltadas para cegos e surdos. Nos anos de 1854 e 1857 foram criados no Brasil os institutos para cegos e surdos, ambos no Rio de Janeiro através de decreto do imperador. A partir das experiências da Europa começaram a serem criadas no Brasil outras entidades para o atendimento da pessoa com deficiência, contudo, seguindo os moldes da Europa. Esses institutos a princípio ofereciam abrigo e proteção no sistema de internato.

Eles recebiam aulas em casa de comportamento social básico, somente em 1896 é que passaram a receber aulas fora de seus domicílios. A partir de então, houve o crescimento das instituições especializadas para o atendimento de pessoas com deficiência e com isso foi grande o crescimento do atendimento para outras deficiências especialmente nos Estados Unidos.

A partir de 1900 começaram a surgir as primeiras classes especiais dentro

das escolas regulares, onde se dava valor ao caráter educacional das crianças deficientes. O crescimento dos serviços educacionais muito dependeu de movimentos organizados pelos pais dos deficientes que defendiam os direitos dos filhos, uma vez que o direito de opinar lhes foi tirado. A partir de 1950 com a união dos pais tal movimento passou a ter notoriedade e de acordo com Ferreira (2003, p. 25) “com esse movimento houve a revolução e a partir daí, foram criadas as escolas especiais”.

De 1905 a 1950 a maioria das instituições que foram criadas era particular, com um caráter assistencialista. As iniciativas oficiais também aconteceram neste período, todavia tanto as instituições particulares quanto as oficiais não atendiam de forma satisfatória a quantidade de pessoas deficientes existentes.

A Educação Especial no Brasil foi se ampliando a passos lentos e foram fundadas mais instituições particulares. Os deficientes eram atendidos nas classes especiais que eram disponibilizadas dentro da escola regular pelo serviço público. Vigorando a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4024/61. Nessa lei foram escritos dois artigos (88 e 89) referentes à educação dos excepcionais, garantindo dessa forma, o direito à educação das pessoas com deficiência. A Constituição Brasileira de 1962 também assegura o direito dos deficientes a receberem educação para a integração na comunidade.

Chegando à década de setenta, houve um crescimento significativo no ensino especial na rede privada, a rede pública começou a deslanchar e se igualar com a rede particular, criando em todo o país classes e escolas especiais. A Lei da Educação nº 5.692/71 de 11 de Agosto de 1971 para os ensinos de 1º e 2º graus faz referência à Educação Especial apenas no artigo 9º, deixando claro que os conselhos estaduais de educação garantiriam aos deficientes o recebimento de tratamento especial nas escolas.

A proposta inclusiva passou a ser construída na década de oitenta, que segue um modelo social da deficiência, no qual se deve, segundo Sassaki (1992, p. 11) “modificar a sociedade de modo a acolher todas as pessoas que, uma vez incluídas na sociedade modificada, poderão ser atendidas em suas necessidades, comuns e especiais”. Foi somente no ano de 1996, que foi organizado a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, podendo ter assim, uma lei que fosse condizente com a instituição brasileira. A nova LDB nº 9394 traz nova inovação, não

só para educação em geral, mas também para a Educação Especial.

Conhecer os fatos históricos da Educação Especial é importante para se refletir sobre a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais, pois o direito à cidadania destas pessoas é um fato recente, fruto de muitas lutas e que, apesar de garantido por lei, ainda continua, em muitos casos, a ser violado.

Ao longo da história as pessoas com necessidades especiais passaram a ser classificadas de diversas maneiras, a todo o momento relacionado a conceitos e valores obedecendo cada período, sejam sociais, morais, filosóficos, éticos e religiosos, quer dizer, historicamente elas foram e ainda são julgadas conforme as diferentes concepções de homem e de sociedade nas mais variadas culturas. Tal estado de exclusão e segregação transpassou a criação e a evolução da humanidade até quase a atualidade.

O tema Educação Especial e formação docente é apontado como foco em várias pesquisas, optou-se por uma pesquisa exploratória na base de dados do Scielo que destaca vários artigos e resenhas específicos para a área de Educação Especial e formação docente. Em meios a tantos se destacam 65 artigos na base de dados do Scielo, dentre estes 47% defendem a formação contínua dos professores, mostrando com isso que cada momento histórico vivido por pessoas com deficiência hoje está tendo notoriedade entre as políticas educacionais e ganham adeptos fundamentados no histórico da Educação Especial e da formação de professores.

Foram analisados os artigos compreendidos entre período de 2005 até 2013, tendo como base o site Scielo que mostrou a relevância que traz a Educação Especial, mostrando um crescimento lento a termos gerais. Mas se traçar historicamente uma linha do tempo observa-se a evidência de avanços relatados por autores como: Ferreira (2003), mostrando o aparecimento de instituições como a sociedade Pestalozzi criada em 1930 quando houve a preocupação da criação de novas instituições de atendimento à pessoa com deficiência, e Michels (2006), mostrando as reformas da educação brasileira que se modificam ao longo dos tempos. Modificações estas que podem ocorrer inclusive quando o próprio professor demonstra interesse na busca de novos conhecimentos.

Pesquisa distinta envolvendo as palavras-chave Educação Especial e formação docente mostra uma preocupação representativa no que diz respeito à inclusão de pessoas com deficiência, e o longo trajeto percorrido durante toda a história exige do professor acompanhamento e capacitação para estar em equidade

às condições e situações que lhe são apresentadas diante da realidade.

A abrangência do tema é exorbitante, houve aqui uma restrição por período onde se buscou no banco de dados do Scielo nos últimos nove anos e encontraram-se as divulgações como seguem no quadro.

Palavras-chaves	Quantidade
Educação Especial	34
Formação Docente	31
Total	65

Dos artigos encontrados observou-se entre os tópicos escritos, a legislação vigente, o histórico da Educação Especial, as iniciativas de inclusão, a formação do professor e os desafios encontrados pelos mesmos. Entre os artigos pode-se destacar o de Carlos R. J. Cury (A educação escolar, a exclusão e seus destinatários), quem são os excluído neste processo de ensino-aprendizagem? Segundo Martins (1997) citado neste artigo, “A exclusão, contudo, não é um estado permanente, ela é”. Ora a exclusão mostra-se permanente quando não se tem subsídios suficientes para lidar com estes entraves que impedem os direitos dos deficientes, a conquista brasileira historicamente transcorreu em meio a muitos entraves, entre eles a aceitação das políticas educacionais especiais para a inclusão de alunos com deficiência.

Pode-se concluir que os conteúdos destes artigos relatam políticas e criações de novos paradigmas educacionais, novos estudos surgem a partir de artigos já publicados o que serviram de bases para se aprofundar cada vez na temática de Educação Especial e formação para cada realidade educacional.

3 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A LEGISLAÇÃO

A história da Educação Inclusiva se deu ao longo dos tempos por quatro principais fases. A origem, correspondente ao período anterior ao século 20, que pode ser chamada de fase da exclusão, na qual a maioria das pessoas com deficiência e outras condições era tida como indignas de educação escolar, as pessoas eram mantidas em instituições como, hospitais psiquiátricos a fim de serem afastados do convívio social e familiar, pois as famílias precisavam trabalhar e os deficientes eram um empecilho para isto, segundo Silva, (2003, p. 07), “se reconhece que a vida na instituição era desumanizadora, afetava a autoestima, tornava os pacientes impossibilitados de viver em sociedade, os tratos não eram adequados e era muito dispendioso para o governo manter essa massa improdutiva segregada”.

A segregação ocorreu na segunda fase, já no século 20, começou com o atendimento dos deficientes dentro de grandes instituições que, entre outras coisas, propiciavam classes de alfabetização. Na transição entre as décadas de 30 e 40 pode-se usar como exemplo, com relação aos deficientes mentais as Sociedades Pestalozzi de Minas Gerais do Brasil e do Rio de Janeiro, além da fundação Dona Paulina de Souza Queiroz em São Paulo (1936). Em 1941, no Recife, surgiu a Escola Especial Ulisses Pernambucano e a Escola Alfredo Freire (BUENO, 1993).

A partir da década de 50 e mais fortemente nos anos 60, com a eclosão do movimento dos pais de crianças a quem era negado o acesso em escolas comuns, começou então a criação de escolas especiais e, mais tarde, as classes especiais dentro de escolas comuns. Consequentemente dois subtemas ficaram em paralelo funcionamento dentro do sistema educacional e sem ligação intrínseca: a educação comum e a Educação Especial.

Na década de 70 ocorreu a terceira fase, constituindo o período de integração, embora o movimento da integração já tivesse sido defendido a partir do final dos anos 60. Nesta nova fase, houve uma mudança filosófica em sentido da ideia de educação integradora, ou seja, escolas comuns aceitando crianças ou adolescentes deficientes nas classes comuns ou, pelo menos, em ambientes o menos restritivo possível.

A década de 80 foi considerada um marco na luta pela participação de pessoas com deficiência e suas organizações no processo de criação de políticas e

programas de atendimento à pessoa deficiente, de acordo com Sassaki (1992). Só quem se considerava integrados eram apenas aqueles estudantes com deficiência que conseguissem adaptar-se à classe comum como esta se apresentava, portanto sem modificações no sistema. A educação integrada ou integradora exigia a adaptação dos alunos ao sistema escolar, excluindo aqueles que não conseguiam adaptar-se ou acompanhar os demais alunos. As leis sempre tinham o cuidado de ressaltar o requisito "preferencialmente na rede regular de ensino", o que deixava em aberto a possibilidade de manter crianças e adolescentes com deficiência nas escolas especiais.

Finalmente, a quarta fase, a de inclusão, surgiu na segunda metade da década de 80, incrementou-se nos anos 90 e vai adentrar o século XXI, nesta fase é que realmente podem-se notar os avanços na inclusão do aluno com deficiência. Já em 1988, com a promulgação da Nova Constituição Brasileira, a questão da deficiência é bastante abordada, mas, de acordo com Mazzotta (1996), ainda não há uma visão totalmente "dinâmica ou não linear da relação entre a pessoa com deficiência e a educação escolar (comum ou especial)", o que só ocorrerá quando "se entender que as várias alternativas são extensivas ao atendimento educacional das pessoas com deficiência", e não quando se conclui que o "educando com deficiência necessariamente (precisa de) Educação Especial e o educando normal necessariamente (precisa de) educação comum ou regular".

O que se tem, hoje, então em sua grande maioria são leis, documentos e políticas que refletem um protecionismo e um assistencialismo, funcionando como "discriminação às avessas" (SASSAKI, 1992), quando se garante emprego para pessoas com deficiência, apenas porque são deficientes, por exemplo, como no Art. 37 da referida Constituição de 1988, que cita “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”. Relacionando-se à educação, especificamente, pode-se citar também, a exemplo a Lei 7853/89.

> Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico. (DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA).

A ideia fundamental desta fase é a de adaptar o sistema escolar às necessidades dos alunos como se vê na opinião de Mantoan, (2004, p. 81) citado na revista REVELLI:

> Aponta que a inclusão escolar envolve basicamente, uma mudança de atitude face ao Outro: que não é mais um indivíduo qualquer, com o qual topamos simplesmente na nossa existência e com o qual convivemos certo tempo, maior ou menor de nossas vidas. O Outro é alguém que é essencial para nossa constituição como pessoa e dessa alteridade é que subsistimos, e é dela que emana a Justiça, a garantia da vida compartilhada.

A inclusão propõe um único sistema educacional de qualidade para todos os alunos, sem contestação sobre se ele tem ou não deficiência e com ou sem outros tipos de condição atípica. No decorrer deste período foram criados o Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8069, de 13 de Julho de 1990;

> Art. 17 – O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.
> Art. 18 – É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.
> Art. 54 – É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:
> III: atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
> Art. 66 – Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido.

A inclusão se baseia em preceitos tais como: a aceitação das diferenças individuais como um atributo e não como um obstáculo, a valorização da diversidade humana pelo seu prestígio para o enriquecimento de todas as pessoas, o direito de pertencer e não de ficar de fora, o igual valor das minorias em comparação com a maioria. A educação inclusiva depende não só da capacidade do sistema escolar (diretor, professores, pais e outros) em buscar soluções para o desafio com os mais diferentes alunos presentes em classes, como também, do desejo de fazer de tudo para que nenhum aluno seja novamente excluído com base em alguma necessidade educacional muito especial.

É preciso mudar a escola e mais precisamente o ensino nela ministrado. A escola aberta para todos é o grande objetivo e, ao mesmo tempo, a grande dificuldade da educação na virada do século. Mudar a escola é enfrentar uma tarefa que exige muito trabalho. Algumas atitudes devem ser tomadas para transformar a escola aberta para todos.

A aprendizagem como o centro das atividades escolares e o sucesso de

cada aluno, como alvo da escola, independentemente do nível de desempenho a que cada um seja capaz de chegar são condições de base para que se caminhasse na direção de escolas acolhedoras. O sentido desse acolhimento não é o da aceitação passiva das possibilidades de cada um, mas o de serem receptivas a todas as crianças, pois há escolas, para formar as novas gerações, e não apenas alguns de seus futuros membros, os mais privilegiados. A inclusão não prevê a utilização de métodos e técnicas de ensino específicas para esta ou aquela deficiência.

Colocar a aprendizagem como o eixo das escolas, porque escola foi feita para fazer com que todos os alunos aprendam, garantindo tempo para que todos possam aprender e reprovando a repetência, abrindo espaço para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas por professores, administradores, funcionários e alunos, pois são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania estimulando, formando continuamente e valorizando o professor que é o responsável pela tarefa fundamental da escola a aprendizagem dos alunos, elaborando planos de cargos e aumentando salários, realizando concursos públicos de ingresso, acesso e remoção de professores.

Seguindo fortes exemplos que marcam a inclusão tem-se a Declaração de Salamanca (1994) que garante total assistência às pessoas com deficiência.

> • toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
> • toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
> • sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
> • aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
> • escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Observa-se que em teoria toda inclusão de alunos com deficiência tem um norte e um fundamento legal, porém, a realidade é outra em que não bastam somente leis, mas sim, um compromisso dos envolvidos na real mudança

educacional brasileira, desafios vão sendo expostos a toda prova, haja vista que os primeiros passos foram dados desde a criação das primeiras normas para transformação educacional.

Trazer pessoas com deficiência para dentro do ensino regular não é tarefa fácil, a mobilização é bem mais ampla do que se pensa, ainda se tem escolas despreparadas para recepcionar estas pessoas, professores que ainda desconhecem a temática e não se sentem aptos para este tipo de trabalho, sem fazer qualquer tipo de discriminação, turmas com pessoas sem deficiência por si só já trazem vários pontos de vista e conter estas múltiplas inteligências já apresenta um grau de dificuldade moderada, na presença de mentes pouco ou mais desenvolvida o trabalho chega com uma carga dobrada nas costas do professor.

Segundo a LDB 9394/96 em seus artigos;

> Art. 58 – Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.
> 3º: A oferta da educação especial, dever constitucional de Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.
> A melhoria dos serviços educacionais é de grande importância; com a igualdade de direito a escola de qualidade de fato, a escola passa a ser qualificada como especial, respeitando as diferenças e os limites de cada um.
> Art. 59 – Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:
> IV: Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidades de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora.
> V: Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Deve haver uma preocupação em relação com a integração desse indivíduo à sociedade. A Educação integrada e a reabilitação comunitária representam abordagens complementares aqueles com necessidades especiais. Entende-se por inclusão o processo pelo qual a escola se adapta de tal forma a poder incluir, em todos os seus sistemas, pessoas com necessidades especiais. Como incluir todas as pessoas? Modernizando a escola, adaptando-a com técnicas especiais para que reconheça e atenda as necessidades de todos os seus membros. No caso específico das pessoas com deficiência, isso é possível através da educação, da reabilitação que devem ser entendidas como meios de um processo, e não como pré-requisitos para a participação escolar.

Os princípios sob os quais se fundamentam as práticas da inclusão são: aceitação das diferenças individuais, valorização de cada pessoa, convivência dentro da diversidade humana e aprendizagem através da cooperação. A diversidade humana é representada, principalmente, por origem nacional, sexual, religiosa, de gênero, de cor, idade, raça e deficiência. As sociedades têm usado esses atributos como critérios para separar pessoas, onde de forma bem explícita tem-se a fundamentação da Declaração dos Direitos Humanos (2000) no seu artigo 6º que afirma que. “Todo Homem tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei”.

Entretanto, paralelamente, a esse discurso enfático que ”somos todos iguais” perante a Lei, fazendo deste postulado legal mais um mecanismo perverso de ocultar o preconceito, justificar a exclusão, do que para reconhecer as diferenças. Reverter este quadro é necessário atender aos proclames de uma sociedade para todos de fato, onde todos devem significar o direito de serem iguais, desde que as diferenças não os inferiorizem, onde respeitar e reconhecer as diferenças faça parte do cotidiano.

Ainda de acordo com a Declaração dos Direitos Humanos no art.7º. Faz-se uma ressalva sobre esse aspecto, onde: “Todos são iguais perante a Lei e tem direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da Lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação”.

Cabe à sociedade eliminar todas as barreiras preconceituosas e arquitetônicas para que as pessoas com necessidades especiais sejam respeitadas como cidadãos, usufruindo todos os bens e serviços. A inclusão contribui para a construção de um novo tipo de sociedade, através de transformações (grandes e pequenas) nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, inclusive daquelas com necessidades especiais. A prática da inclusão já vem ocorrendo em alguns países há mais de 10 anos. A construção de uma Sociedade Inclusiva pressupõe a adoção, por parte dos mais variados sistemas sociais (escola, lazer, trabalho, transporte etc.), dos princípios inclusivistas.

Sabe-se que a situação atual do atendimento às necessidades escolares da criança brasileira é responsável pelos índices assustadores de repetência e evasão no ensino fundamental. Entretanto, no imaginário social, como na cultura escolar, a incompetência de certos alunos - os pobres e os deficientes - para

enfrentar as exigências da escolaridade regular é uma crença que aparece na simplicidade das afirmações do senso comum e até mesmo em certos argumentos e interpretações teóricas sobre o tema.

Por outro lado, já se conhece o efeito solicitador do meio escolar regular no desenvolvimento de pessoas com deficiência (MANTOAN 1988) e é mesmo um lugar comum afirmar que é preciso respeitar os educandos em sua individualidade, para que não se porte uma parte deles ao fracasso e às categorias especiais de ensino. Ainda assim, é ousado para muitos, ou melhor, para a maioria das pessoas, a ideia de que são seres únicos, singulares e que é injusto e inadequado serem categorizados, a qualquer pretexto.

Todavia, apesar desses e de outros contrassensos, sabe-se que é normal a presença de déficits nos comportamentos e em áreas de atuação, pessoal ou grupal, assim como em um ou outro aspecto do desenvolvimento físico, social, cultural, por serem seres perfectíveis, que constroem, pouco a pouco e, na medida do possível, suas condições de adaptação ao meio. A diversidade no meio social e, especialmente no ambiente escolar, é fator determinante do enriquecimento das trocas, dos intercâmbios intelectuais, sociais e culturais que possam ocorrer entre os sujeitos que neles interagem.

A educação inclusiva traz benefícios para todos, e o Programa da ONU em Deficiências Severas, citado em Sassaki (1992, p. 124), mostra alguns desses benefícios:

> 1. Os estudantes com deficiência:
> · desenvolvem a apreciação pela diversidade individual;
> · adquirem experiência direta com a variação natural das capacidades humanas;
> · crescente responsabilidade e melhora da aprendizagem através do ensino entre os alunos;
> 2. Os estudantes sem deficiência:
> · têm acesso a uma gama mais ampla de modelos de papel social, atividades de aprendizagem e redes sociais;
> · desenvolvem em escala crescente, o conforto, a confiança e a compreensão da diversidade individual deles e de outras pessoas;
> · demonstram crescente responsabilidade e crescente aprendizagem através do ensino entre os alunos; (...).

Sabe-se que todos só têm a ganhar com a inclusão, mas o medo e a falta de informação ainda fazem parte de muitas das escolas, que contam com professores mal remunerados, desinteressados, despreparados e desamparados. A princípio, o professor seria o profissional da educação (e da educação de alunos, sejam eles quais forem) então, a quem conferir a responsabilidade de educar, se

não a esse profissional?

Para instaurar uma condição de igualdade nas escolas não se concebe que todos os alunos sejam iguais em tudo, considerar as suas igualdades naturais e sociais, pois se a igualdade traz problemas, as diferenças podem trazer muito mais. (MANTOAN, PRIETO e ARANTES, 2006 p. 18). Incluir significa tornar o meio "o mais favorável possível", e não "o menos restritivo possível", como se pregava com a integração. No processo de integração, as pessoas é que deveriam se adaptar ao meio. Há necessidade de que a sociedade se prepare para lidar com todas as pessoas, com suas diferenças e semelhanças. E assim é com a escola: ela deve estar preparada para todos os alunos, sejam eles pessoas com ou sem deficiência.

O princípio democrático da educação para todos só se evidencia nos sistemas educacionais que se especializam em todos os alunos, não apenas em alguns deles, os alunos com deficiência. A inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos provoca e exige da escola brasileira novos posicionamentos e é um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas. É uma inovação que implica num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria das escolas de nível básico.

O motivo que sustenta a luta pela inclusão como uma nova perspectiva para as pessoas com deficiência é, sem dúvida, a qualidade de ensino nas escolas públicas e privadas, de modo que se tornem aptas para responder às necessidades de cada um de seus alunos, de acordo com suas especificidades, sem cair nas teias da Educação Especial e suas modalidades de exclusão.

Pode-se citar, aqui, a ideia de Sassaki (1992), quando este diz que existem “leis gerais e especificamente pertinentes à pessoa deficiente" e que "tanto as leis gerais como as específicas podem ser integracionistas ou inclusivas". As leis gerais inclusivas, ou seja, as que "sem mencionar este ou aquele segmento da população, dão clara garantia de direito, benefício ou serviço a todas as pessoas, sem distinção de cor, gênero ou deficiência", ainda estão por ser feitas, bem como as específicas inclusivas, que garantem modificações no ambiente físico e humano e facilitam o exercício dos direitos das pessoas com deficiência.

Muitas dessas Leis e Normas sobre Equiparação de Oportunidades para pessoas com deficiência garantem o acesso e a permanência das pessoas com deficiência em estabelecimentos de ensino, preferencialmente no sistema regular.

Não havendo assim, portando distinções entre pessoas por suas aparências físicas e sim por suas capacidades e competências, respeitando a vontade e as necessidades de pessoas com deficiência para que realmente se esteja num caminho mais próximo do ideal da inclusão.

Como já citado anteriormente, as leis e políticas públicas são o reflexo da época em que foram criadas, revelando o pensamento de quem as elabora, o que pode ser expresso pelas palavras do Ministro da Educação no ano de 1991, sobre o repasse de verbas a instituições educacionais que trabalham com pessoas com deficiência: "Por mais simpatia que eu possa ter para com as crianças deficientes, não dá para esquecer as crianças brasileiras sem acesso ao 1º grau" Balleroni (apud MAZZOTTA, 1996). Essa citação revela o quanto de preconceito ainda há na sociedade, e principalmente entre os governantes, que deveriam ser pessoas altamente esclarecidas sobre os assuntos com os quais trabalham, mas o que se vê, muitas vezes, é a ocupação de cargos por pessoas desqualificadas e desinteressadas, que estão no poder apenas para atender às necessidades do partido ao qual são filiados.

O sucesso da inclusão de alunos com deficiência na escola regular decorre, portanto, das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes. E só se consegue atingir esse sucesso, quando a escola regular assume que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado, a aprendizagem é concebida e avaliada. Pois não apenas os deficientes são excluídos, mas também, os que são pobres, os que não vão às aulas porque trabalham, ou pertencem a grupos discriminados, os que de tanto repetir desistiram de estudar.

É necessário que o sistema educacional assuma os objetivos da educação com relevância e desperte no aluno o desejo de desenvolver a sua alta estima. A escola deve fazer intervenções e oferecer desafios adequados ao aluno deficiente, além de valorizar suas habilidades, trabalhar sua potencialidade intelectual, reduzir as limitações provocadas pela deficiência, e apoiar almejando seu desenvolvimento integral.

É notória a dissociação entre os discursos oficiais e as recomendações que favorecem o entendimento da eficiência da prática pedagógica para que a

inclusão se efetive. Entre elas cita-se: o número excessivo de alunos na sala de aula, as dificuldades de aprendizagem, a questão dos procedimentos da avaliação e encaminhamento para as escolas e classes especiais, a descontinuidade dos programas, as mudanças de governo acompanhado da ausência de vontade política, os baixos salários, as salas de aula sem condições de trabalho, a falta de informação, despreparo e a não capacitação dos recursos humanos, principalmente, dos programas curriculares dos cursos do magistério superior. Paralelo a estes fatores, estão presentes os discutíveis padrões de normalidades, as práticas acompanhadas de atitudes discriminatórias em vários setores da atividade humana, as quais quando somadas denunciam a discrepância existente entre o discurso e a prática.

O grande problema da inclusão não está nem nas diferentes concepções existentes sobre este processo, nem nas iniciativas tomadas para sua viabilização; encontra-se, sim, no fato de as pessoas com necessidades educacionais especiais não serem entendidas e assumidas como sujeitos históricos e culturalmente contextualizadas. O problema na concepção de homem e de mundo que delineiam as ações e orientam as formas de se pensar na própria integração. Embora seja possível fazer cumprir uma lei que obrigue escolas a receberem pessoas com deficiência em suas classes e empregadores a contratarem uma percentagem de deficientes em suas empresas, não se pode fazer uma lei obrigando que as pessoas aceitem e sejam amigas dos deficientes. (GLAT, 1995)

Sabe-se que não se pode fazer com que a aceitação seja imposta às pessoas, mas deve-se lutar para que as leis sejam cumpridas e os direitos de todos os cidadãos, deficientes ou não, sejam respeitados. A legislação de um país sempre reflete a política e a ideologia dominante no momento da criação dessas leis. Desta maneira, verifica-se que a legislação que diz respeito às pessoas com deficiência passou pelas mesmas fases pelas quais passou a Educação Especial.

A Educação Especial se destina às pessoas com necessidades especiais no campo da aprendizagem, originadas quer de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, quer de característica como altas habilidades, superdotação ou talentos. A integração dessas pessoas no sistema de ensino regular é uma Diretriz da Constitucional Federal de 1988 (art. 208), fazendo parte da política governamental há pelo menos uma década. Mas, apesar desse relativamente longo período, tal diretriz ainda não produziu a mudança necessária na realidade escolar, de sorte que

todas as crianças, jovens e adultos com necessidades especiais sejam atendidas em escolas regulares, sempre que for recomendado pela avaliação de suas condições pessoais.

Uma política explícita e vigorosa de acesso à educação é de responsabilidade da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, é uma condição para que às pessoas especiais tenham assegurados seus direitos à educação. Esta política abrange: o âmbito social do reconhecimento das crianças, jovens e adultos especiais como cidadãos e seu direito de estar integrado na sociedade o mais plenamente possível; e o âmbito educacional, tanto nos aspectos administrativos (adequação do espaço escolar, de seus equipamentos e materiais pedagógicos); quanto à qualificação dos professores envolvidos.

O ambiente escolar como todo deve ser sensibilizado para uma perfeita integração. Propõe-se uma escola integradora, inclusiva, aberta à diversidade dos alunos, no que a participação da comunidade é fator essencial. Quanto às escolas especiais, a política de inclusão as reorienta para prestarem apoio aos programas de integração. A Educação Especial, como modalidade de educação escolar terá que ser promovida sistematicamente nos diferentes níveis de ensino. A garantia de vagas no ensino regular para os diversos graus e tipos de deficiência é uma medida importante.

4 A FORMAÇÃO DO EDUCADOR E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA REDE REGULAR DE ENSINO

“Queremos ter certezas e não dúvidas - resultados e não experiências, sem nem mesmo percebermos que as certezas surgiram das dúvidas e dos resultados, somente através das experiências”. (JUNG in MANTOAN, 1997). A inclusão é algo que suscita o novo a mudança, e como tudo o que é novo, traz consigo dúvidas e incertezas, e gerando o desconforto para muitas pessoas. O que é preciso para que haja esta mudança, além da compreensão do que é proposto faça-se um esforço para colocar em prática. Todas as novas propostas não são de fácil compreensão e a aceitação não é de imediato, mas é somente através da informação das experiências que se tiram as certezas.

Durante muito tempo, predominou o modelo médico na educação do deficiente mental, modelo ainda é encontrado embora com pequenos indícios enraizados na sociedade em que se vive. A abordagem médica em relação à deficiência centrava-se na questão básica da elucidação para eliminar a deficiência ou de ajudar a criança a se adaptar ao seu mundo. As novas concepções que surgiam através de novas pesquisas acerca do assunto, passaram-se a falar em um modelo ecológico, enfatizando-se a relação com o ambiente.

Pesquisas demonstram que muitas crianças sem lesão neurológica comportaram-se como deficientes mentais na escola, não conseguindo acompanhar as exigências escolares em ritmo acelerado. Esse caso, Mantoan (1997). Denomina de "déficit circunstancial, em que intervêm os determinantes sociais".

Qual o objetivo desse ensino? Acumular conhecimentos úteis? Aprender a aprender? Aprender a inovar, a produzir o novo em qualquer campo, tanto quanto no saber? Aprender a controlar, a verificar ou simplesmente a repetir? (PIAGET in MANTOAN, 1997). Tem-se, hoje, uma gama de conhecimentos a respeito das questões que envolvem a deficiência, independente do contexto em que se encontra. A inclusão dispõe de questões com pessoas deficientes e não é somente um modismo, trata-se de uma necessidade. Não se pode mais brincar de ensinar, enquanto essas pessoas fingem que aprendem. Devem-se extinguir as deficiências e encarar as situações com suas potencialidades educacionais. Educação para todos, sem distinção de raça, cor, religião e capacidade de aprendizagem é o princípio básico da inclusão.

4.1 Formação inicial

“A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena”, [...] LDB 9394/96, art. 62. Conta-se com uma lei que rege e viabiliza novas alternativas para melhoria do ensino escolar, o que ainda está longe, na maioria dos casos, de se tornarem inclusivas, escola esta que abre suas portas para todo e qualquer aluno, o que existe em geral são projetos de inclusão feitos pela metade com o intuito de amenizar a situação, não estando associados a alterações nas bases escolares e que continuam segregando os alunos de forma parcial ou total, fazendo alegações enquanto o trabalho de inclusão desses em classes e escolas especiais, salas multifuncionais e turmas de aceleração.

De acordo com dados do MEC (Ministério da Educação) e SEESP (Secretaria de Educação Especial de São Paulo), o programa de Educação Inclusiva tem ofertado melhorias nas condições e nas escolas que apontam necessidades educacionais especiais, o ensino regular também sofre tais mudanças. Assim, seguindo estes fundamentos não se vê empecilhos para que haja ocorrência da inclusão escolar, não se trata aqui de um molde padrão que se encache nas mais diversas situações, mas sim, de princípios que sirvam de motivação para que outras instituições a utilizem como exemplo, e façam adaptações convenientes a cada caso, tendo como subsídio a formação docente.

Observando o exemplo anterior que já se apresenta como base para as novas mudanças educacionais contrariando atitudes reversas por quem realmente acredita na inclusão de pessoas com deficiência. Existem também as que são contrárias aos benefícios que esses alunos podem extrair de novas situações fora da convivência escolar, inserindo aqui o mais severo dos casos, pois não teriam condições de seguir os avanços do restante da sala e seriam ainda mais marginalizados e discriminados. Existem classes mistas nas escolas, várias deficiências e nem por isso os “normais” são marginalizados, em ambos os casos, a evidência é a remodelagem das necessidades de inovar nas ações e práticas pedagógicas, os conceitos aplicados nas atualizações educacionais são compatíveis com esse grande desafio que é de fato exorbitante.

Então o que se deve mudar? A escola se adapta ao aluno? Ou será um jogo de idas e vindas com as crianças? Ora em ensino especial, ora em ensino

comum? Professores exercendo suas profissões aperfeiçoando-se para o exercício das funções docente diante de tantas dificuldades encontradas em seu cotidiano?

4.2 Formação continuada

A verdadeira formação deverá ter como alicerce uma base sólida bem fundamentada com teorias e valores, provenientes de uma reflexão coletiva sobre a escola, quais os seus problemas, funções e a maneira de solucioná-los. As reflexões são fundamentais para nortear uma ação, não se limitando ao atendimento legal justificando a inclusão. É preciso adotar concepção de homens esquematizando as ações e orientando as formas para pensar na própria integração.

> A formação continuada do professor deve ser um dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino que, nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e praticas de ensino para responder às características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais. (MANTOAN, 1997 p.57)

Apoiado neste referencial pode-se atingir a globalidade organizacional da escola. Se não for assim, estarão na presença de um processo inclusivo individual, reforçado sobre a maneira do paradigma da integração, desenvolvendo suas destrezas em um âmbito segregado (escola e/ou classe especial). Os valores, os princípios e a política fomentam os fatores que priorizam a inclusão.

Isso significa que cada comunidade, para suscitar o processo inclusivo, deverá ter liderança forte e mediadora, bem como impulsionar valores juntamente com a cultura estabelecendo os princípios do processo de inclusão. Com ensino qualitativo os alunos serão induzidos a seus limites no processo educacional, isto é, o professor vê o aluno com todo seu potencial cheio de possibilidades, explorando-o por meio de atividades abertas, das quais sejam condizentes com cada aluno, na medida de seus interesses e necessidades, construindo novos conceitos resolvendo e realizando problemas e tarefas. Eis aí um grande desafio a ser enfrentado pelo tradicionalismo da escola regular, cujo modelo é condutista, e baseado na transmissão dos conhecimentos.

A coletividade e a diversificação no trabalho nas turmas e na escola como um todo é compatível com a aptidão da escola para formar as gerações. É nos bancos das escolas que se aprende a conviver com os demais alunos, com as divisões das responsabilidades e com as tarefas. O exercício dessas ações

desenvolve o sentido de cooperação para trabalhar e produzir em grupo, a diversidade, a valorização e o reconhecimento das habilidades individual para o trabalho em grupo. O tutoramento nas salas de aula tem sido um recurso para a solução natural, podendo ajudar alunos em seu desenvolvimento despertando neles o hábito de compartilhar o conhecimento. O apoio nas dificuldades é uma atitude muito útil e humana e que tem sido escassa no desenvolvido nas escolas, consecutivamente mais competitivas e despreocupada com a construção de valores e de atitudes morais.

Além dessas sugestões, referentes ao ensino nas escolas, a educação de qualidade para todas as mudanças que implicam a inclusão de outras condições relativas à administração e as funções desempenhadas dentro da organização escolar por seus membros. Nesse sentido, é primordial que se reveja as participações dos diretores e coordenadores, com o intuito de que ultrapassem as questões burocráticas de controle, fiscalização e de suas funções pelo trabalho de apoio, orientação do professor e de toda a comunidade escolar.

A descentralização da gestão administrativa, por sua vez, promove uma relevância maior na autonomia pedagógica, financeira e administrativa de recursos materiais e humanos escolares, através da interseção dos conselhos escolares, assembleias de pais e alunos e colegiados. Muda-se então, o norteamento administrativo da escola e com isso o aspecto pedagógico das funções dos supervisores da escola vão emergir. As questões das quais estes profissionais se fixam em seus gabinetes deixaram de existir. Observando as questões burocráticas, sem tempo para conhecer e participar do que acontece nas salas de aula.

Incluir significa tornar o meio "o mais favorável possível", e não “limitado", como se imbuia com a integração. No processo de integração, as pessoas é que deveriam se adaptar ao meio. A Educação Especial é uma modalidade da educação que tem sofrido mudanças significativas nos últimos anos. A LDB 9394/96, prevê que todos os alunos devam estar inseridos preferencialmente, no ensino regular, tendendo com isso um sistema inclusivo para pessoa com deficiência. O momento em que ocorre a inclusão é quando há a participação do aluno na comunidade escolar. Compartilhar diferenças é contemplar e integrar na proposta curricular a relevância da necessidade integracionista de suas diferenças de crença, gênero e raça, habilidades e aptidões diversas.

Cabe ao educador propor a construção de currículos adequados a cada

aluno, respeitando suas limitações enquanto deficiente, de modo que exista uma facilidade no processo de aprendizagem e a adequação social. De tal maneira a importância na desmistificação de que o professor indicado para o trabalho junto aos alunos que apresentem alguma necessidade especial deva ser exclusivamente os que detêm tal formação específica, para os profissionais indicados para o ensino deste alunado e com isto foram cada vez mais criadas classes especiais.

A seguir, a preocupação do profissional da educação será limitada ao que o aluno deve aprender e não como ele vá aprender ou simplesmente possa aprender. Uma das maiores dificuldades encontradas pelos docentes refere-se à própria tese enquanto sua formação que se desvia dos rumos da Educação Especial e se refugia em outras áreas e acaba ocorrendo dele estar presente em salas multisseriadas e salas com pessoas deficientes o que agrava o sistema educacional brasileiro, o docente, amiúde, se detém apenas de livros específicos e parâmetros já moldados, predefinidos, fazendo julgamento de que apenas bastassem estes conhecimentos para que brotasse na vida do aluno o tão esperado sucesso fora da escola. Os conteúdos curriculares muitas vezes são transmitidos através de livros didáticos, preenchimentos de folhas de atividades, testes, apostilas diversas, situações já mecanizadas, alunos já classificados pelas aptidões em aptos e inaptos sendo que os primeiros neste caso recebem mais atenção paradoxalmente os segundos são sem dúvida alguma inserido no processo de exclusão.

Além da necessidade da elaboração e construção curricular para manter o aluno como centro de toda a aprendizagem para que faça sentido o aprender, faz-se necessário a colaboração multiprofissional que pode envolver fonoaudiólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, psicólogo, pediatra, assistente social etc., que, juntos com o professor, podem desenvolver o processo de mediação na aprendizagem do aluno em sala de aula, como está garantido na LDB (9394/96 art.58, §1º) “haverá quando necessário serviço de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”.

A equipe multiprofissional deve trabalhar em comum acordo com a educação e com intencionalidade, pois não basta à escola oferecer atendimento dos profissionais para o aluno sem que atuem de maneira multidisciplinar. Cabe neste momento, o mesmo debate educacional juntamente com o levantamento do diagnóstico do aluno com necessidades educativas especiais, procurando melhorias em relação à qualidade de vida na formação cidadã e no envolvimento com a família

para que a mesma também tome as decisões que amiúde transcendem à sala de aula.

Tal dinâmica solicita a flexibilidade dos currículos requerendo as inovações pedagógicas necessárias para o suprimento das mazelas oriunda da demanda educacional especial. Não obstante, as inovações não devem ser vistas como uma mera produção do que é novo, entretanto o resultado das práticas investigativas geradas no cotidiano escolar por meio da significância contratual entre professor e aluno no processo de ensino e aprendizagem. Para tanto, família, escola e equipe de apoio multiprofissional precisa ter em mente que estas pessoas com algum tipo de deficiência têm suas limitações e que devem ser respeitadas e trabalhadas para que haja a inclusão na sociedade da qual pertence.

> A formação de recursos humanos com capacidade de oferecer o atendimento aos educandos especiais nas creches, pré-escolas, centros de educação infantil, escolas regulares de ensino fundamental, médio e superior, bem como em instituições especializadas e outras instituições. (PNE p. 65)

O professor da educação inclusiva abdica-se das perspectivas tradicionalmente passivas, fugindo da frieza dos diagnósticos conclusivos próprio das alternativas vocacionais, terapêuticas e curriculares. Vários professores acreditam que pessoas deficientes não adquirem o desenvolvimento de seu pensamento cognitivo, e não sabem o que se passa a seu redor. Mas pessoas com deficiência possuem inteligências múltiplas, enquanto esperam pacientemente, que coisas aconteçam em suas vidas.

Muitas vezes pessoas com deficiência não têm oportunidades de praticar tomada de decisões por elas próprias. Se as pessoas não pensarem que se podem tomar decisões, nunca ficam sabendo o que isso significa. Portanto, se a qualquer momento for dada a oportunidade de se tomar uma decisão, ficará parecendo para todo mundo que não são muito bons para isso. Pode ser mais oneroso, mais tardio, exigindo uma maior paciência e também mais sabedoria, permitir ao outro fazer escolhas, mas esta é uma exigência para se chegar à independência do sujeito.

Para que seja possível o desenvolvimento de uma construção de educação inclusiva é necessário mudar não somente o professor, mas também, todos os envolvidos na escola de modo que todos estejam aptos a desenvolver novas metodologias que envolvam a educação inclusiva abrangendo com isto as necessidades de todos os alunos envolvidos no contexto escolar. A igualdade deve

ser vista entre os alunos com deficiência e os demais da sala sem tirar a complexidade das aprendizagens e nem excluí-los do restante das atividades.

Segundo doutores na vivência da Educação Inclusiva, e dados do MEC (Ministério da Educação) e SEESP (Secretaria de Educação Especial de São Paulo) a Educação Inclusiva busca aspectos para servirem de fundamentos, tais como:

❖ Conscientizar a comunidade de que o deficiente não vai atrapalhar a aprendizagem dos demais.

❖ Ter como Filosofia da Educação a consideração às diferenças no aprendizado.

❖ Ter uma equipe de professores preparados para momentos inusitados.

❖ Matricular o aluno especial na sala de aula conforme sua idade cronológica.

❖ Avaliar a aprendizagem do aluno conforme seu potencial.

❖ Quando necessário, solicitar à família atendimento médico para o aluno.

❖ Não deixar de aplicar certos conteúdos ao aluno, temendo seu aprendizado e outros.

A inclusão se baseia em princípios tais como a aceitação das diferenças particulares de cada indivíduo como características e não como um entrave, a valoração da diversidade humana dando importância ao enriquecimento das pessoas com deficiência, o direito de pertencer e não de ficar de fora, a equidade no valor das minorias se comparado com a maioria. A educação inclusiva depende não unicamente da capacidade dos professores, diretores e pais em buscar soluções para o desafio da presença dos diferentes alunos que se encontram nas salas de aulas, assim como também, do desejo de fazer de tudo para que não haja exclusão de alunos repetidas vezes tendo como base alguma necessidade educacional especial.

O professor da educação inclusiva tem que ser um bom organizador de situações educativas visando à manifestação educacional de cada aluno e não apenas daqueles que se destacam do ponto de vista cognitivo. Este professor deve valorizar a experiência de cada aluno, não apenas daquele que resulta em desempenho acadêmico. A partir deste momento toda manifestação que circunda o ser humano passa a ser considerada acadêmica, amiúde, se detém unicamente a

livros específicos encurtando seus conhecimentos e limitando-os como se estes fossem suficientes para produzir no aluno seu sucesso pós-escola. Muitas vezes os conteúdos curriculares são transmitidos através dos livros didáticos, testes e apostilas diversas, quando o aluno não consegue acompanhar tais atividades é deixado de lado, havendo desta forma, sua exclusão do ensino regular, reportando-o à Educação Especial.

O foco da pedagogia inclusiva não é o sujeito individual, mas sim sua aprendizagem, e a qualidade de suas interações, suas possibilidades e o compartilhamento de suas mediações simbólicas ou éticas que estão sendo abordadas no interior da escola e em outras relações sociais. Deste modo o trabalho do professor não se dá de forma solitária, e observando que hoje a gestão é democrática, seguindo a posição da Revista Scientific Magazine, (2013) O papel do Gestor na Formação Continuada dos Docentes, é mobilizar o trabalho coletivo, incentivando o grupo a pensar e executar o que foi previsto, em buscar romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre teoria e prática.

Em se tratando de educação inclusiva, o trabalho árduo do professor seria mais significativo se feito em comum acordo no sistema de parcerias, de modo que encontraria no gestor uma peça fundamental em seu longo caminho de formação, quebrando os paradigmas obsoletos do que se vinha vivendo até poucas décadas atrás. A educação deve ser pensada abrangendo os seis aspectos do aluno: o emocional, o social e o acadêmico, a responsabilidade pessoal e coletiva e a cidadania, e não apenas ver este indivíduo como alguém que apenas reproduz os conteúdos que lhes são repassados em sala de aula.

5 CARACTERIZANDO A PESQUISA

5. 1 Caracterização da Escola-Nosso Cantinho

A Partir do povoado Regalo, começa a história, de Afonso Cunha, pois ali, nos limites de Coelho Neto e Chapadinha, iniciava-se o desbravamento do território. A formação inicial do lugar não se alterava e apenas, em pequena escala, explorava a lavoura e o extrativismo.

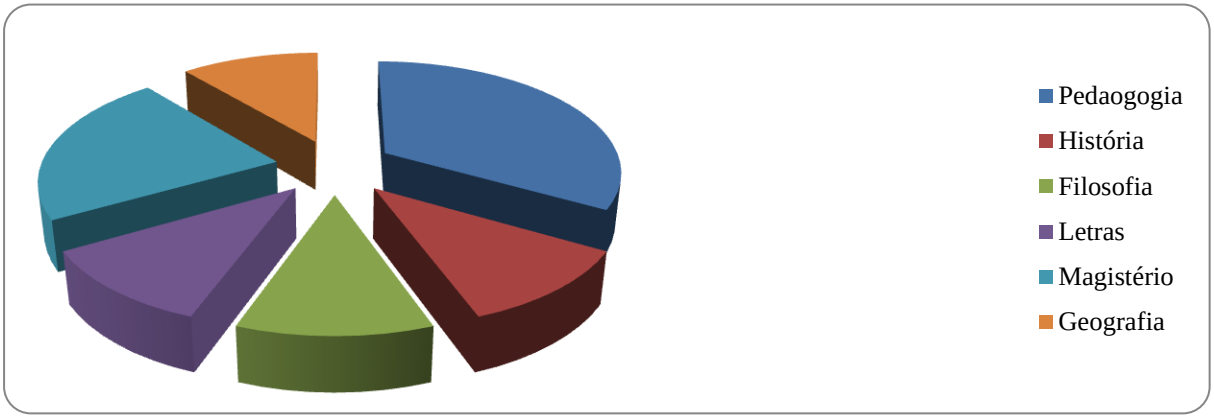
A família Bacelar, influente na política de Coelho Neto e gozando da simpatia do Governo do Estado, iniciou a proposição para criar-se o município, dando-lhe o topônimo de Afonso Cunha, em homenagem ao poeta caxiense, grande amigo da família. Apresentado o Projeto e encaminhado à consideração da Assembleia Legislativa do Estado, recebeu total apoio, sendo logo aprovado através da lei estadual nº 87, de 10 de outubro de 1959, com o nome de Afonso Cunha, sendo desmembrado de Coelho Neto. Afonso Cunha hoje conta com uma população de 5957 habitantes segundo dados do IBGE em 2010, e uma área de 371.247km².

O trabalho desenvolvido por esta pesquisa foi realizado no município de Afonso Cunha - MA e decorreu dentro de uma escola pública denominada Nosso Cantinho (nome fictício) que dispõe de aspectos de estrutura física bem abrangente, possui um quadro de funcionário composto por 09 professores, 01 gestor e demais funcionários tais como: Auxiliar de Serviços Gerais, Vigias e Secretaria. A escola funciona em dois turnos: matutino e vespertino, atendendo uma clientela de 423 alunos nos dois turnos dentre eles há 19 alunos com necessidades educacionais especiais, sendo 10 atendidos no turno matutino e 09 no turno vespertino, frequentando a escola em uma turma isolada das demais salas. Segundo a coordenação da escola as deficiências apresentam-se da seguinte forma 04 com Deficiência Auditiva, 06 com Hiperatividade, 03 com Dislalia, 02 com Síndrome de Down, 02 com Deficiência Mental e 02 mudos.

A estrutura física da Escola dispõe de 08 salas de aula, 02 banheiros, 01 cantina, 01 diretoria, 01 sala de professores, 01 sala de informática, 01 pátio amplo e 01 sala multifuncional onde são atendidos os alunos com algum tipo de deficiência. É observável que diante da deficiência física, o recinto escolar está adaptado, todos os ambientes dispõem de rampas para uma melhor locomoção dos alunos. A escola não dispunha de um Projeto Político Pedagógico alegando que o mesmo ainda não tinha sido concluído.

5.2 Análise de dados

Gráfico1- Qual sua formação?

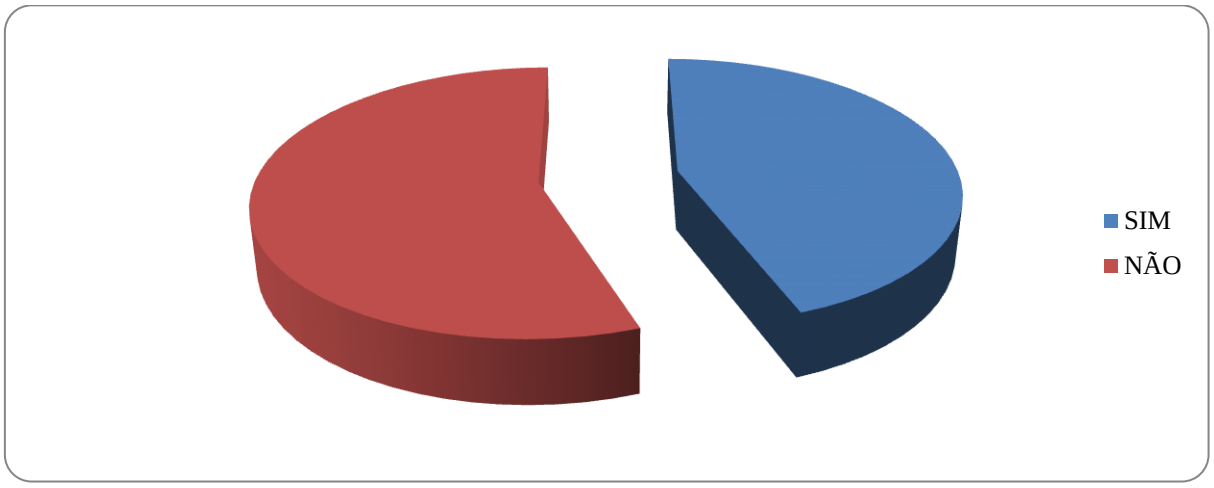


Fonte- Questionário aplicado aos professores da escola Nosso Cantinho

Da disposição do gráfico acima se pode constatar que a maioria dos professores (77%) já dispõe de um nível superior em áreas diversificadas, o que comprova aqui que houve uma preocupação com a formação inicial. Restando aqui um pequeno percentual de professores sem o nível superior, mas com objetivo de conclusões futuras, a distribuição se deu da seguinte forma: dos entrevistados (44%) estão distribuídos em igual valor nas áreas de História, Filosofia, Geografia e letras, o magistério básico ficou com um saldo de (22%) dos professores.

Alguns alegaram que a questão da inclusão independe da área escolhida pelo professor tendo em vista que a formação continuada vem suprir esta falta de conhecimento vivenciada hoje, "*podemos nos especializar também em Educação Especial*" disseram alguns professores, em contra partida o que se tem hoje é que as áreas mais buscadas e as que são oferecidas pelos institutos da região são as de: Docência do Ensino Superior, Metodologias de ensino e Gestão e Supervisão Escolar, salvo um ou outro curso de extensão quando aparece na área de Libras, mesmo com estes cursos de extensão ainda não é o suficiente para atender o ritmo de crescimento da educação inclusiva, de nada adiantará ter a disposição cursos de formação continuada em determinadas áreas da educação se não existir um compromisso com a qualidade do ensino. Segundo Mantoan, Prieto e Arantes (2006, p.58): "o ensino de alunos com necessidades educacionais especiais não podem ser de domínio apenas de alguns especialistas, e sim apropriado pelo maior número possível de profissionais da educação, idealmente por todos".

Gráfico 2- Em sua formação você recebeu alguma preparação para trabalhar com pessoas que tenham necessidades educacionais especiais? E qual?



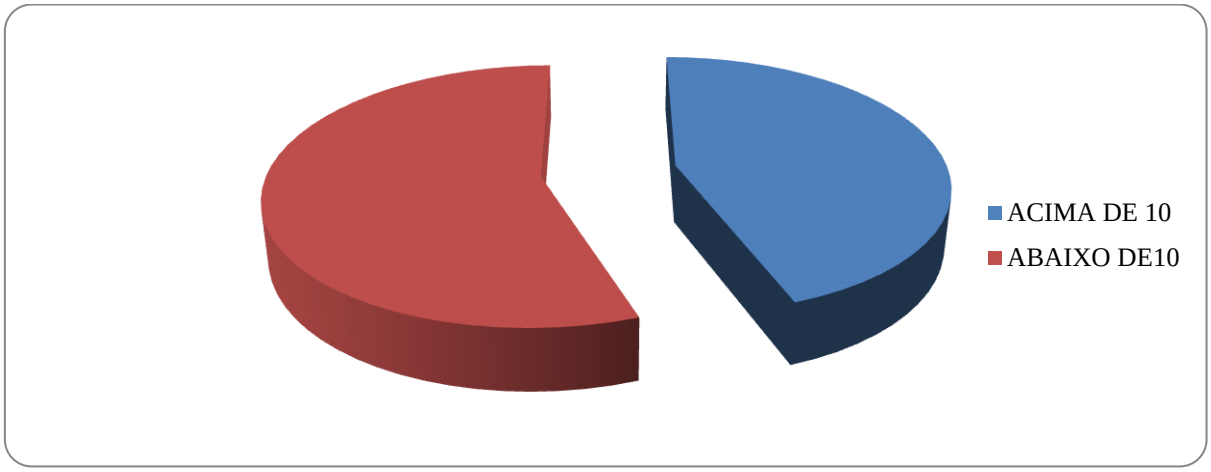
Fonte- Questionário aplicado aos professores da escola Nosso Cantinho

Dos nove entrevistados, 44% afirmam que participaram de algum tipo de formação continuada mais especificamente relações humanas ocorridas recentemente (2013), e o restante correspondente a 56% continuam sem a formação adequada e ainda esperam uma especialização. De fato, todo o restante do pessoal pelo menos demonstrou o interesse em buscar uma capacitação para um melhor desempenho, tanto do profissional da educação quanto do aluno, observando ainda que, os que não tiveram este tipo de capacitação são os de outras áreas que não é a pedagogia.

Com isso a formação continuada em outras áreas já é uma medida paliativa na aquisição de novos conhecimentos, o fato de que os professores hoje trabalham em regime isolado, ou seja, não buscam se quer ajuda do grupo demonstrando que suas atitudes aqui são limitadas. “Sem seus esforços jamais se poderá conseguir a melhoria das escolas; mas os trabalhos individuais são ineficazes se não são coordenados e apoiados” (STENHOUSE Apud IMBERNÓN, p.63).

Com o advento das novas tecnologias e novos conhecimentos, emergindo a cada momento fica-se perguntando onde fica o professor pesquisador, que geralmente aparece nos discurso de cada um? Acredita-se que para ter conhecimentos específicos em determinada área não é necessário uma formação através de institutos, pesquisas bem elaboradas, boas referências e determinação são os ingredientes principais para a conquista deste tão longínquo conhecimento.

Gráfico 3- Há quanto tempo você exerce a profissão?

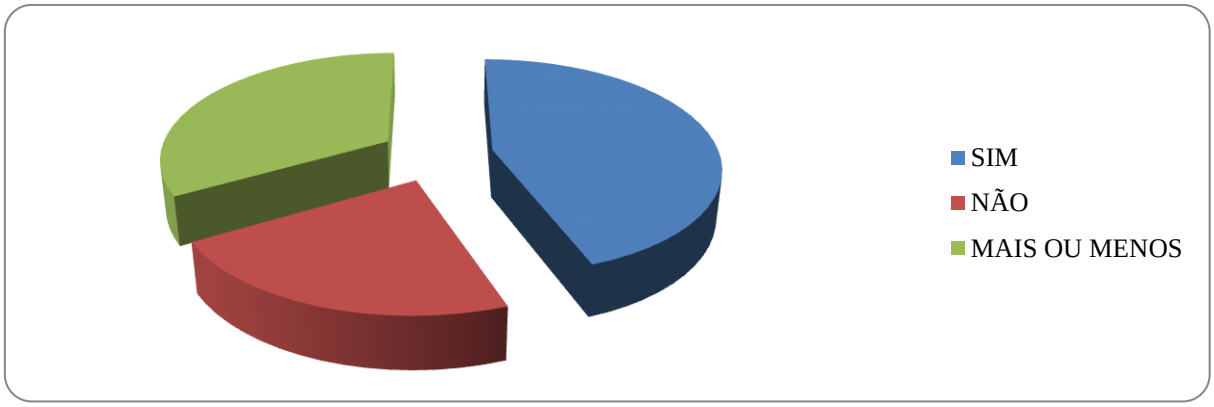


Fonte- Questionário aplicado aos professores da escola Nosso Cantinho

Referente ao tempo de serviço educacional, 44% dos professores já está uma década em plena atividade, dos mesmos temos um que se destaca por ter uma especialização na área de Educação Especial alegando que foi de curta duração, os demais professores aqui correspondentes a 56% comparado com os primeiros, agora que estão em início de carreira, mas em discurso o pensamento de crescimento incluindo especializações na área da educação inclusiva.

Portanto, conclui-se que há sim interesse de alguns, embora seja a minoria que tenta buscar as melhorias e adequações do ensino público, os mesmos apontaram que têm consciência dos regimentos educacionais e na maioria das vezes se colocam como principais culpados de não buscarem qualificações, ora por falta de incentivo, ora por falta de valorização financeira, ainda não há uma conscientização dos profissionais que por si só não é um exemplo de boas remunerações, mas quando se entra já se sabe dos entraves que a educação oferece, por isso concorda-se com a fala de Ayrton Sena quando coloca que “No que diz respeito ao empenho, ao compromisso, ao esforço à dedicação, não existe meio termo. Ou você faz uma coisa bem feita ou não faz”.

Gráfico 4- Você se considera preparado para trabalhar com inclusão?



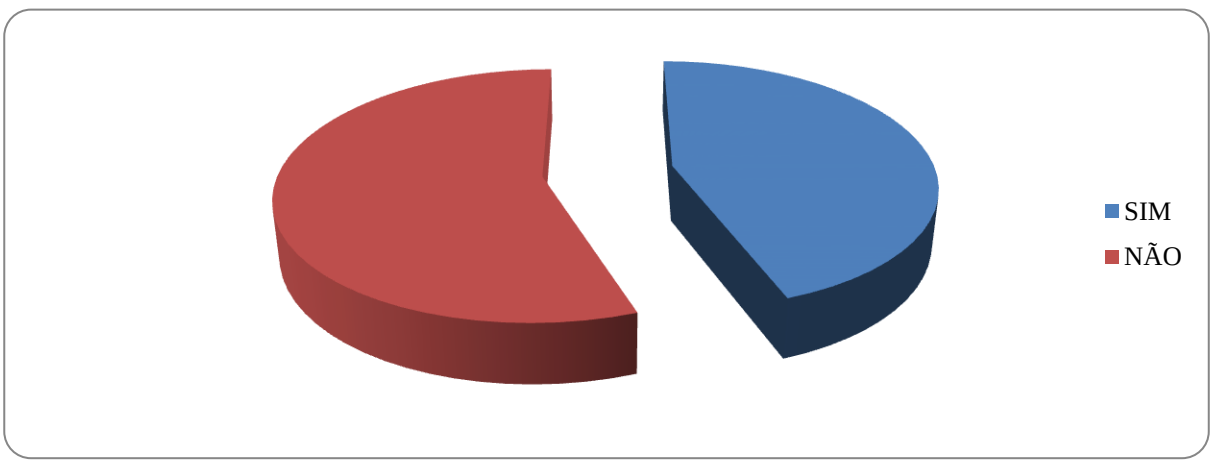
Fonte- Questionário aplicado aos professores da escola Nosso Cantinho

> Ninguém deveria duvidar de qualquer reforma na estrutura e no currículo do sistema educacional e de sua inovação quantitativa e qualitativa, sobretudo desta ultima, pois ela deve contar com o apoio dos professores e com sua imediata atitude positiva em relação à capacitação necessária para as mudanças. (IBERNÓN 2010, p. 29).

A insegurança na hora em que se defronta com crianças com deficiência ainda é um obstáculo que surge devido à falta de conhecimentos, que torna ainda mais árduo o trabalho docente, mesmo aqueles alunos que não estiverem aptos para os anos subsequentes serão promovidos como forma de compensação por sua deficiência, a desmotivação e o jogo de tentar encontrar culpados é que torna a ideologia de inclusão ainda mais arcaica do que já é.

Este modelo de ensino para crianças especiais não ajudará para que se tenha uma educação de qualidade para atender as especialidades de todos por igual, respeitando e atendendo sua necessidade, seja ela qual for. Para o bom aprendizado, os critérios de avaliação e promoção das crianças especiais deverão ser feita através de seu desenvolvimento, e ela tem que estar realmente preparada para seguir “esquecendo” um pouco suas necessidades e acreditando em suas capacidades.

Gráfico 5-A Secretaria Municipal de Educação oferece formação continuada na área da Educação Especial?



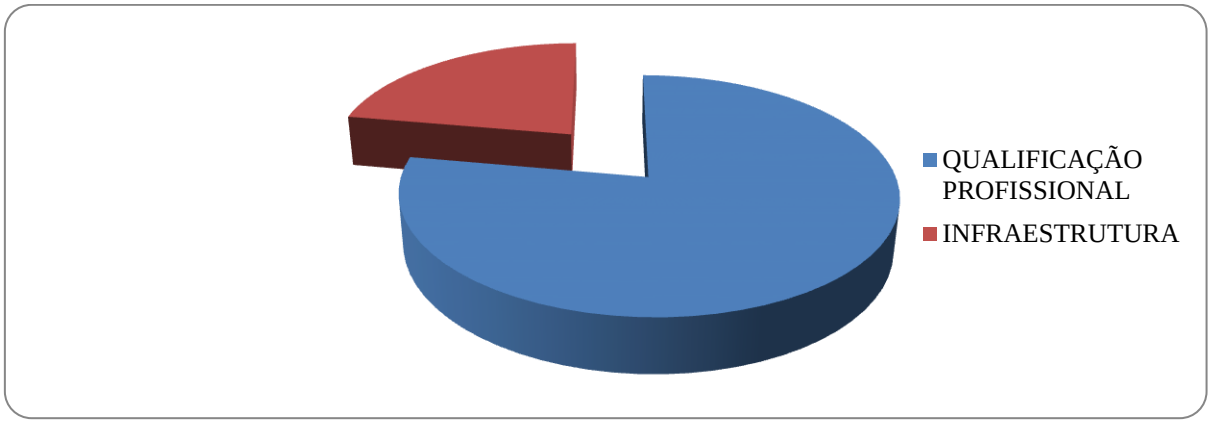
Fonte- Questionário aplicado aos professores da escola Nosso Cantinho

Os entrevistados (44%) apontam que há formação oferecida pela SEMED (Secretaria Municipal de Educação), afirmando que estas são feita em regime escolar e não extraescolar, o paradoxo é bem visível, uma parte afirma que há e outra relevante que corresponde a 56% do mesmo conjunto de professores afirmam que não ocorre esta formação citada pela minoria, o que é notório aqui é que a Secretaria de Educação atende aos mesmos professores entrevistados, a formação que é assegurada por lei como diz o Art.67 da LDB 9394/96:

> Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: II- aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; IV- período reservado a estudos, planejamentos e avaliação, incluindo na carga horária de trabalho;

Não faz menção com exclusividade à formação oriunda das secretarias e sim ao incentivo e disponibilização dos profissionais para esta. Ficando também a cargo da escola incluir em seu currículo uma proposta pedagógica.

Gráfico 6- O que falta para melhorar?

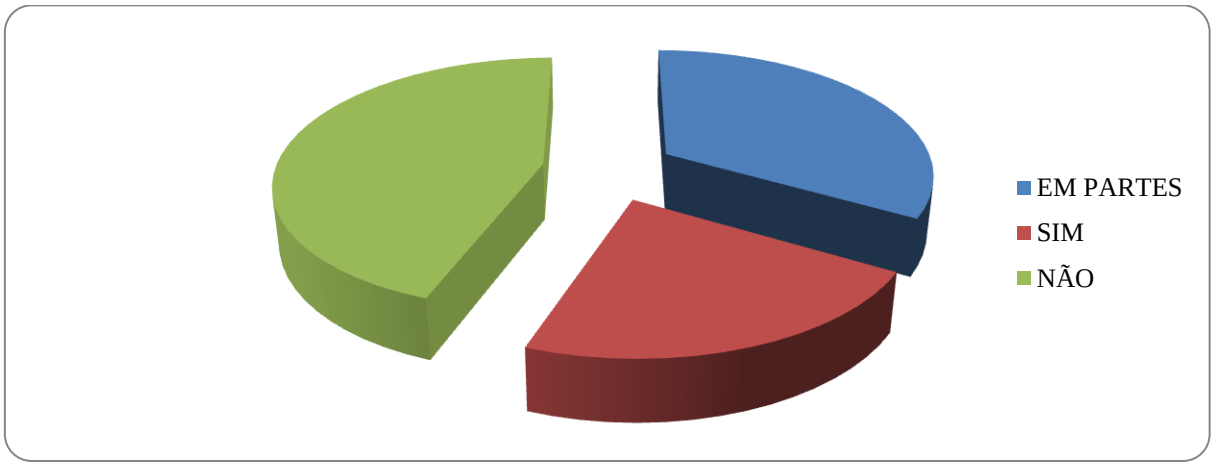


Fonte- Questionário aplicado aos professores da escola Nosso Cantinho

A investidura dentro da carreira docente com qualificações e aperfeiçoamentos foram apontados por 78% dos professores como o ponto principal para qualquer mudança educacional, e apenas 22% apontam que a implementação de nova infraestrutura já bastaria para os alunos com deficiência, chega-se aqui à afirmação de que entre os dois conceitos optaram-se em ficar com os dois e mais um pouco, o conjunto de melhorias é vasto envolve muito mais do que um professor qualificado ou uma escola adaptada com rampa, é necessário que haja uma mudança na forma de ver o mundo, somente quando isto acontecer e se juntar com os dois conceitos citados acima é que se começam as pequenas mudanças na

educação.

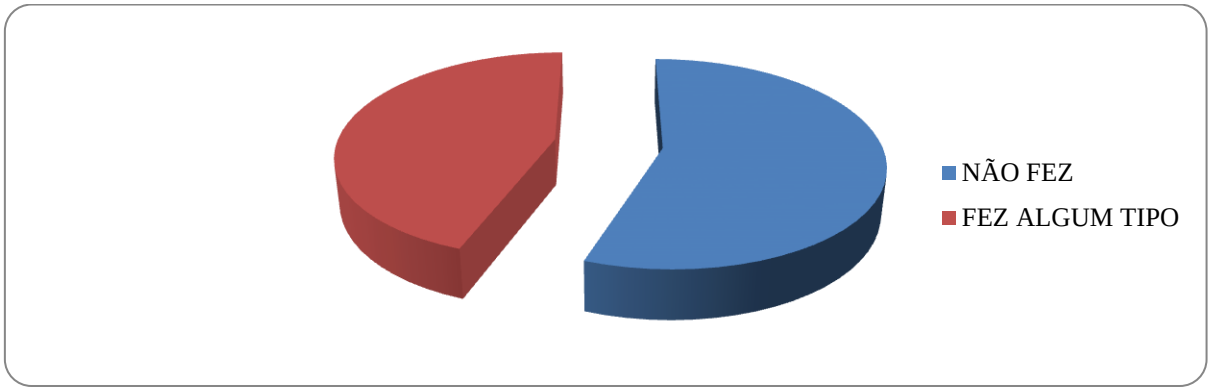
Gráfico 7- O deficiente é um inválido?



Fonte- Questionário aplicado aos professores da escola Nosso Cantinho

Segundo o dicionário Aurélio invalidez significa “algo que não vale que perdeu o vigor; fraco, mutilado ou paralítico”, mas como definir um aluno inválido? E como determinar o que o torna incapaz de aprender? O aluno é o único que pode ou não desenvolver seu cognitivo sendo ele o centro da operação o professor aqui fica como mero coadjuvante neste processo, facilitando os novos aprendizados para o aluno. A compreensão e a maneira que é repassado um determinado conteúdo é que pode ao mesmo tempo bloquear o pensamento ou fazer deslanchar-se rumo às novas aprendizagens. Para Mário Quintana, “Deficiente” é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência de que é dono do seu destino.

Gráfico 8- Quando e qual foi a última formação na área da Educação Especial que você participou?

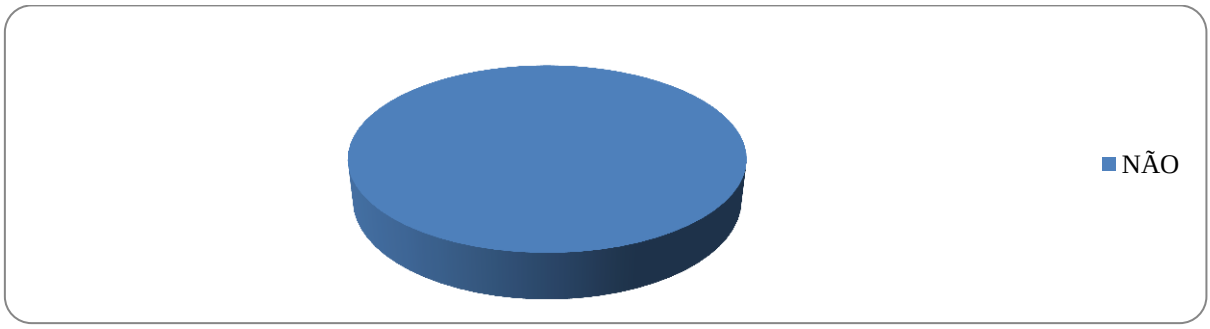


Fonte- Questionário aplicado aos professores da escola Nosso Cantinho

Prioste, Raica e Machado (2006, p. 55) que são citadas por Lima e Cavalcante destacam as “inovações exigidas pela própria profissão, já que o ato de

ensinar requer aprendizagem constante". Há necessidade de se buscar frequentemente novos conhecimentos, esquecendo aqui o individualismo e partindo para o coletivismo, uma vez que neste caminho dar-se-á o processo de uma formação para professores, a troca de experiências é válida, uma vez que a demanda de alunos só vem aumentando e a oferta de professores especializados não é compatível com o crescimento das necessidades educacionais especiais.

Gráfico 9- A sua escola possui alguma proposta de formação continuada?

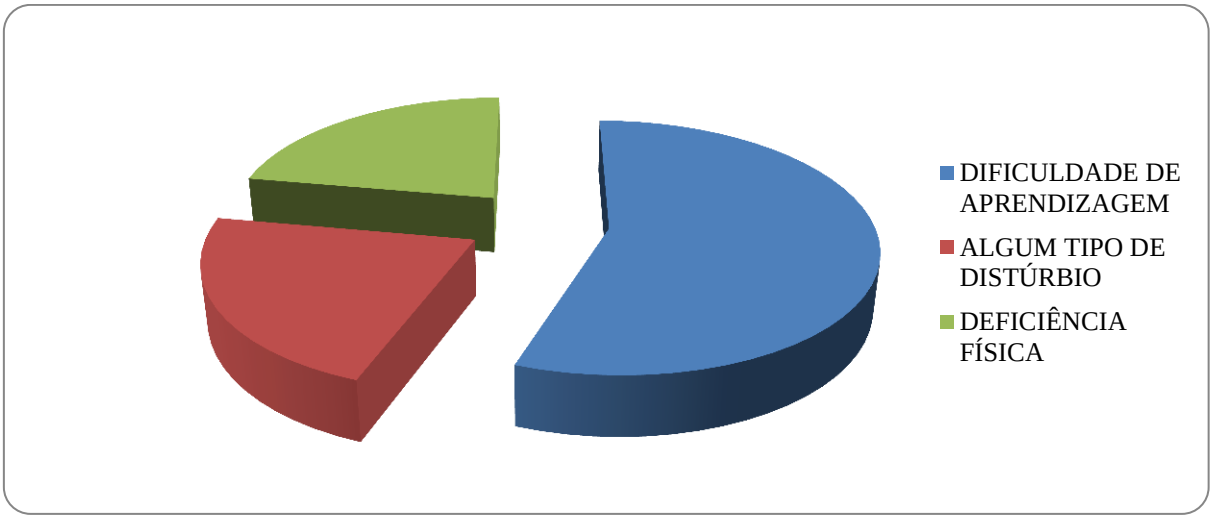


Fonte- Questionário aplicado aos professores da escola Nosso Cantinho

A unanimidade prevalece entre os professores ao afirmarem que a única formação que os mesmos recebem é de origem única da SEMED (Secretaria Municipal de Educação) e que isso ocorre apenas a cada início de período letivo, a visão geral que se tem destes encontros é referente ao único tema tratado, resume-se apenas "planejamento" (conteúdos, competências, recursos, avaliações e metodologias), embora não seja unicamente específica à Educação Especial, mas como afirma Lima (2000, p.123) citado por Barros no artigo Educação Especial e Educação Inclusiva: desafios para a construção do direito à educação.

> O ponto de partida para a inclusão escolar é a formação humana dos educadores seguida da formação técnica associada à interação com as pessoas com deficiência. Assim, a informação de base e o conhecimento especializado constituem uma vertente significativa.

Gráfico 10- Para você o que é um aluno com necessidades educacionais especiais?



Fonte- Questionário aplicado aos professores da escola Nosso Cantinho

Dos nove envolvidos no questionário 56% correspondente a 5 professores atribuem que as necessidades educacionais dos alunos estão referidas às dificuldades de aprendizagem e não citaram se quer algum tipo de deficiência, mostrando que o desenvolvimento do aluno independe de suas deficiências físicas ou mentais. Os 22% atribuem as dificuldades no aprendizado dos alunos devido a distúrbios mentais, e por fim os 22% correspondente a dois professores justificam que as necessidades educacionais estão relacionadas com a deficiência física dos alunos.

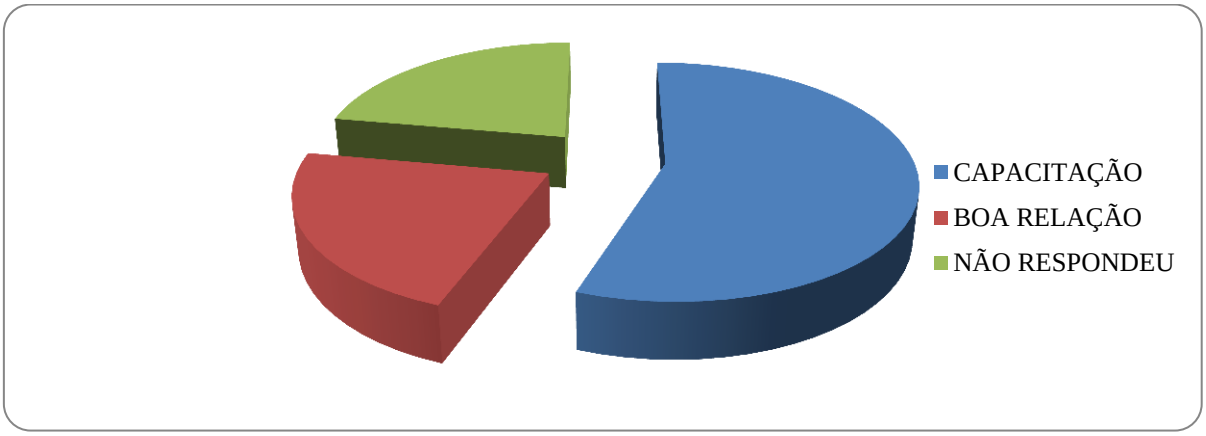
Na questão de necessidades educacionais especiais, Reis (2006, p. 30).

> Expressa e reforça que o conceito de necessidades educacionais especiais se amplia e passa a incluir, além das crianças com deficiências aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias, que repetem continuamente nos anos escolares, que não têm onde morar, que trabalham para ajudar sustento da família, que sofrem de extrema pobreza, ou que simplesmente, estão fora da escola, por qualquer motivo.

O conceito de necessidade educacional especial é muito abrangente, podendo ser encontrado por diversos fatores sejam eles sociais, familiares, étnicos ou psicológicos. Na verdade, encontra-se deficiência de todos os gêneros, dificultando ainda mais o aprendizado independente do grau da deficiência, mas que para haver inclusão é necessário esta união de alunos com e sem deficiência no ensino regular e tem que ter professores capacitados para atendê-los adequadamente de acordo com as leis vigentes no país. Tecnologias surgem para facilitar e nortear o trabalho do professor na quebra do paradigma obsoleto, a realidade de hoje se comparada há bastante tempo é muito avançada no que diz respeito ao conjunto educacional em que se vive, é fundamental para que se

consiga entender as conjunturas do processo de ensino na Educação Especial.

Gráfico 11- O que é feito para garantir a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino?



Fonte- Questionário aplicado aos professores da escola Nosso Cantinho

A permanência do aluno em sala de aula é uma boa qualificação dos professores, isto apontado por 56% dos professores. A vivência entre alunos e todos que fazem parte da escola é um ponto defendido por 22% dos entrevistados, uma vez que as boas relações compõem o companheirismo e os alunos com deficiência sentem-se menos segregados e mais seguros dentro e fora da sala de aula, o restante 22% não souberam responder, a maioria desconhece as leis e decretos, como o decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999 sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Art. 6:

> III- Incluir a pessoa portadora de deficiência, respeitada as suas peculiaridades, em todas as iniciativas governamentais relacionadas à educação, à saúde, ao trabalho, edificações pública, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à habitação, à culinária, ao esporte e ao lazer;

Questionário aplicado ao gestor

1. Como ter certeza de que um aluno com deficiência está apto a frequentar a escola regular? R- *O que torna um aluno apto ou não, não é a sua deficiência em si, ela é somente um obstáculo a mais, mas o cognitivo, esse sim é fundamental para a inserção da criança no ensino regular.*

Independente de deficiência ou não todos tem direito à educação como está garantido na Constituição Federal de 1988.

> Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e

> sua para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
> I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

De modo geral a escola tem que fazer adaptações tanto físicas quanto no quadro de funcionários, para que se possam receber as crianças com ou sem necessidade educacional especial. Mas, o que se vê hoje, ainda está longe do ideal, portanto, partindo deste pressuposto de que todos têm direito à educação, qualquer pessoa está apta a ingressar em qualquer escola seja ela pública ou privada.

2. Para tornar a escola inclusiva, o que compete às diversas esferas de governo? R- *Ao professor cabe a indicação do problema, aos gestores e supervisores a busca das soluções e a secretaria de educação contratação de pessoal especializado para resolução do problema.*

Nos termos legais da LDB (9394/96) tem-se o Art. 62, §1º “A União, o Distrito Federal, os estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério”. O conjunto das três esferas é fundamental para desenvolver políticas educacionais inclusivas, a conscientização do nível mais baixo do escalão que se encontra com a mão na massa, pela lógica deveria ter mais relevância em termos de capacitações e fazer valer seu direito que é algo constitucional.

3. Ao promover a inclusão, é preciso rever o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o currículo da escola? R- *O PPP geralmente é formulado de acordo com um público normal, e a presença de crianças deficientes, sejam elas quais forem, requer um planejamento mais detalhado em busca de atender as expectativas da situação.*

Segundo Vasconcellos (1995 p.143), citado no artigo Projeto Político Pedagógico este documento é:

> (...) um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica, científica, e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da escola.

A constituição de um Projeto Político Pedagógico envolve a ação conjunta de todos da escola, valorizando as experiências e as vivências de cada um, as reflexões dependem de seus seguidores a fim de promover a consciência da comunidade escolar que segundo a referida revista são: que tipo de cidadão se quer formar? Que tipo de comunidade essa escola deseja desenvolver? Qual a missão da escola? Com que tipo de profissionais precisa-se contar? Que tipo de liderança se

pode esperar do gestor, frente aos funcionários, pais e alunos, quanto ao trabalho da escola?

A adaptação do Projeto Político Pedagógicos das escolas é de suma importância para que todos sejam atendidos de forma igualitária tanto os que apresentam algum tipo de deficiência quanto os que não possuem deficiência específica, a preocupação é exorbitante, mas, enfim a realidade é esta. As pessoas com deficiência geralmente são vistas em modelos de segregação, ou seja, não quer dizer que só porque estão dentro da escolar regular estão incluídos de forma satisfatória aos padrões legais, a inclusão é a não segregação de alunos e com isso dão espaço à educação inclusiva.

4. A presença de deficientes na escola influência na hora das avaliações? R- *Não, às vezes o aluno se evadiu antes que seja feito as avaliações.*

Na visão dos gestores despreparados, a presença de deficientes no convívio escolar sempre trará consequências severas, mas como citado anteriormente, os alunos com deficiência se bem trabalhados não afetará o resultado de uma avaliação, em paradoxo tem a situação de alunos “normais” com rendimento inferior se comparado com alguns deficientes. O jogo é o cognitivo do aluno embora muitas vezes alguma deficiência prejudique realmente seu rendimento escolar.

5. Como integrar o trabalho do professor ao do especialista? R- *O trabalho em conjunto é a melhor maneira, com isso nos planejamentos é feito uma exposição das dificuldades de cada professor independente da área e juntos tentamos encontrar as respostas.*

Perrenoud sugere em suas 10 competências, que a facilidade para integrar o trabalho docente com o do coordenador é:

> 6. Participar da administração da escola
> Elaborar, negociar um projeto da instituição.
> Administrar os recursos da escola.
> Coordenar, dirigir uma escola com todos os seus parceiros.
> Organizar e fazer evoluir, no âmbito da escola, a participação dos alunos.
> Competências para trabalhar em ciclos de aprendizagem.

A falta de diálogo ainda se encontra como principal fator que impede o trabalho conjunto dos docentes com os gestores escolares, a opinião do gestor mostra que pelo menos na escola onde ocorreu a entrevista, a temática é abordada com pouco conhecimento, todavia, não é bem o que mostra a realidade da escola,

muitas vezes é deixado de lado o profissional para conflitos pessoais que se sobrepõem, deixando aqui um vasto campo a mercê da ignorância dos profissionais.

6. Como preparar os funcionários para lidar com a inclusão? R- *A conscientização ainda é a melhor solução para a inclusão*.

De acordo com o artigo 4º do Regimento Interno da Escola competirá à gestão da escola:

> I. Planejar, coordenar, orientar, executar, controlar e avaliar todas as atividades educacionais, sociais, cívicas e recreativas desenvolvidas na escola;
> III. Oportunizar o desenvolvimento de um trabalho integrado entre os setores;
> VI. Coordenar o pessoal técnico, administrativo, pedagógico e de apoio em suas diferentes funções;
> XIV. Reunir periodicamente com o corpo técnico-pedagógico, docente e administrativo do estabelecimento;
> XVI. Oportunizar ao corpo docente, técnico e administrativo a participação em curso de aperfeiçoamento, treinamentos, buscando subsídios que assegurem o desenvolvimento harmônico das tarefas da educação e do ensino;

Com o subsídio acima fica claro o papel do gestor diante de uma situação desta, a gestão democrática hoje é defendida em vários discursos dentro da escola, mas cientes de que o gestor também tem que estar por dentro de suas obrigações, observando também a Lei de Diretrizes e Bases em seu artigo 64:

> A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

A inserção de gestores preparados para o trabalho que esteja envolvendo inclusão de alunos com deficiência não parece ser uma preocupação por parte das secretarias, uma vez que a questão política se sobressai a educacional, com isso acredita-se que o motivo de não se ter gestores dentro dos termos legais, o que torna ainda mais difícil o trabalho se olhado para a inclusão. Os cargos de gestores com falta de conhecimento, não apresentarão as possíveis expectativas que são esperadas do mesmo cargo com um profissional qualificado.

Dentro de uma escola são várias mentes pensantes e que os conflitos internos sejam eles por motivos pessoais ou por pura ignorância dos envolvidos, que não vêem a pessoa que está na liderança escolar, o trabalho com seres humanos não é um trabalho fácil para contornar cada situação que é oriunda não só de sua formação acadêmica. Pois no critério educação não existe receitas prontas, mas existem receitas a serem adequadas a cada situação para facilitar seu trabalho.

7. Em que turma o aluno com deficiência deve ser matriculado? R- *Em turmas regulares e adaptadas de acordo com a necessidade dele.*

De acordo com a LDB, 9394/96 art. 58 “educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. Cabe aqui a justa posição do gestor ao afirmar que entre alunos não se deve fazer distinções entre os que têm deficiência com o restante da sala, a questão de deficiência não pode ser vista por ele como empecilho educacional, atendendo ainda o artigo 58 - tem o §1º afirma que “haverá quando necessário serviço de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela da educação especial”, todavia, a realidade está bem longe do que está assegurado em lei, em muitos casos tem apenas um profissional que tenta atender os alunos com deficiência temporárias e permanentes, ao mesmo tempo dificultando ainda mais as normais e atendendo a critérios (políticos) da Secretaria de Educação.

8. Quantos alunos com deficiência podem ser colocados na mesma sala? R- *Se tem esta quantidade garantida em lei não sei responder, mas a escola tem que estar preparada para atender a todos.*

A constituição de 88 em seu artigo 208 assegura o total acesso de pessoas aos níveis de educação. Deixando claro que:

> O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
> I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

Diante do declarado fica a afirmação de que não há um número específico de alunos com necessidades especiais dentro da escola, as oportunidades têm que ser de equidade a todos os que dela façam-se necessário. Em comunhão com a constituição aponta-se a LDB 9394/96 com o artigo 59, dando garantias de que os sistemas de ensino assegurarão os educando com necessidades especiais:

> I- Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;
> II- Terminalidade especifica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido à conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para superdotados;
> III- Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para integração desses educandos nas classes comuns;

> IV- Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
> V- Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino.

Partindo do relatório discorrido a quantidade de alunos, não é aqui um empecilho e sim a quantidade de professores capacitados dispostos a atender as exigências e demandas educacionais. Ainda de acordo a LDB art.58 §1º "Haverá, quando necessário, serviços especializados, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial", novamente esclareceu que isto só ocorrerá quando parte do individual para o coletivo.

9. A escola oferece formação continuada para os professores? R-*A escola em si não, o que nós temos são as semanas pedagógicas no início de cada período letivo.*

Segundo (Paulon, Freitas e Pinho 2005, p. 21): "A formação do professor deve ser contínua". A renovação dos conhecimentos docente, as novas metodologias, as renovações e reflexões sobre as práticas a serem oferecidas pelos professores demonstram uma preocupação na participação e motivação para inclusão. Na medida em que essas práticas são repensadas, a realidade torna-se outra, as crianças podem se beneficiar mais com a implantação de novas metodologias dentro da prática educacional.

Com essa formação contínua os professores sentem-se mais capacitados para superar as dificuldades encontradas no cotidiano as competências evoluem e ampliam o campo de trabalho do professor. Ao longo de sua carreira as oportunidades de qualificação surgiram como um processo demorado e permanente para que não construam rotinas vazias.

Questionário aplicado ao coordenador:

1. Qual sua formação? R-*Pedagogia*

2. Há quanto tempo você exerce a profissão? R- *Há dois anos*

A obtenção de uma graduação constitui a base da formação docente, as mais diversas áreas de conhecimento permitiram acompanhar os níveis mais elevados da carreira docente, contudo a continuação destes estudos se dá também muitas vezes em áreas que às vezes não são voltadas exclusivamente para a

inclusão, a formação dá subsídios suficientes para se entender o que é certo e o que é errado, no que envolve deficiência de alunos, assim sendo, este ramo é para poucos, haja vista o número escasso de professores na área específica, concretizando a realidade do município em estudo, que é raro encontrar professores que busquem a especialização em Educação Especial.

3. Quem são os sujeitos que devem ser apoiados pela educação especial? R- *Pessoas com problemas auditivos, visuais, hiperativos, mental e com dislexia.*

O tratamento da inclusão a deficiência não é vista como um motivo para que seja feita distinções e até mesmo exclusão de alunos cabe aqui aos coordenadores das escolas municipais a busca de mais conhecimento sobre a legislação que assegura qualquer aluno independente da deficiência que possua, como está dedicado o texto de Salamanca:

> - Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
> - Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
> - Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Mesmo assim, ainda se vê alunos sendo segregados em turmas especiais e com o apoio de pedagogos, sendo eles os mais preparados ao trabalho inclusivo, uma vez que eles são os que conseguem as bases teóricas mais aprofundadas do que os demais. Onde ali estão dispostas algumas das leis que dão atenção as PNEs, a legislação garante o direito educacional de todos que tem deficiência sem se quer fazer menção a seu tipo.

4. Que tipo de deficiência é possível atender na escola regular e quais necessitam de escola especial? R- *Na escola regular auditivos, hiperativos e na escola especial mental, dislexo e visual.*

A implementação de políticas de inclusão permitem ter todos os tipos de deficiência nas escolas públicas de ensino regular, direito garantido em vários documentos e leis, tanto nacionais como internacionais, como nos exemplos abaixo:

> - CONSTITUIÇÃO DE 1988, prevendo o desenvolvimento do cidadão sem qualquer forma de preconceito.

> - LEI N° 7.853/89 APOIO ÀS PESSOAS COM DE DEFICIÊNCIA, que define como crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matricula de um aluno por causa de sua deficiência;
> - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 1990, assegurando uma igualdade de condições para o acesso e a permanecia na escola;
> - DECLARAÇÃO DE SALAMNCA 1994 também deve receber atendimento especializado crianças excluídas da escola por motivo como trabalho infantil e abuso sexual. (REVISTA NOVA ESCOLA).

Além destes documentos, o parágrafo 2° do artigo 59 da LDB 9496/96, faz uma menção ao atendimento de pessoas com necessidades educacionais especiais em locais que não sejam escolas regulares quando unicamente não for possível oferecê-la em tal instituição escolar. Deve haver o apoio especializado necessário para essas crianças para que as mesmas façam parte deste processo de inclusão para uma aprendizagem de qualidade. Suscitando o desenvolvimento educacional vê-se também a inserção de pessoas com deficiência nos termos trabalhistas independente de sua deficiência seja ela, física, mental, superdotada, ou marginalizada etc.

Incluir não está somente no ato de colocar estas crianças no convívio escolar como estão fazendo as escolas para serem consideradas inclusivas, mas sim envolver ambas nas atividades realizadas. Assim, as crianças com NEEs vão desenvolver suas habilidades de forma mais afetiva sentindo-se iguais as demais, o que facilitará seu desenvolvimento.

5. Quais as dificuldades que a escola encontra para implementar suas práticas pedagógicas inclusivas? R- *Falta de espaço adaptado para cada tipo de deficiência, falta de capacitação para os profissionais da área.*

Não se podem esperar somente os recursos das Secretarias de Educação, pois isso ocorre uma vez por ano e amiúde não tem nada a ver com os conhecimentos voltados aqueles que possuem deficiência, sejam permanentes ou temporários. Buscar informações requer dos profissionais da educação o gosto em fazer acontecer às mudanças necessárias no contexto educacional, mantendo esta afirmação há a disponibilidade de obter estes conhecimentos em sua formação, uma vez que estão assegurados legalmente no artigo 67 da LDB 9394/96.

> Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:
> II- aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim:
> V – período reservado a estudos, planejamentos e avaliação, incluído na carga horária de trabalho;

Além da segurança da LDB, a Lei de Formação N° 8.405/92 oferece mais segurança para esta formação.

> Art. 2º A Capes subsidiará o Ministério da Educação na formulação de políticas e no desenvolvimento de atividades de suporte à formação de profissionais de magistério para a educação básica e superior e para o desenvolvimento científico e tecnológico do País. .
> § 5º As bolsas de estudos e auxílios concedidos para formação do magistério deverão priorizar as respectivas áreas de atuação dos docentes, bem como aquelas em que haja déficit de profissionais.

6. A resistência dos professores é grande para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais? R- *Sim, pois não foram capacitados*.

O que torna esta resistência mais visível é unicamente a preocupação do docente em relação à educação, o trabalho com deficientes é para poucos, as respostas obtidas nos questionários comprova que a demanda que querem esta capacitação em Educação Especial é irrisória. O que se vê na escola em estudo foi não só um contexto de segregação mais de falta mesmo de interesse, não só de professores, a falta de motivação é vista também nos olhos de gestores e coordenadores que se deparam com a Educação Especial.

7. O que é feito pela coordenação para motivar os professores para trabalharem a inclusão? R-*É feitos trabalhos e oficinas para incluí-los nas atividades com os alunos da escola regular*

No artigo inclusão escolar: Um desafio entre o ideal e o real do portal educação deixa claro que “O termo inclusão já trás implícito a ideia de exclusão, pois só é possível incluir alguém que já foi excluído. A inclusão está respaldada na dialética inclusão/ exclusão, com a luta das minorias na defesa dos seus direitos”. Embora a resposta não seja satisfatória é necessário buscar conhecer a realidade da inclusão para que se possa atender a necessidade da falta de profissionais.

“Independente da deficiência um dos desmotivo dos professores é a desvalorização da categoria segundo eles, o plano de cargo, carreira e remuneração se fosse seguido conforme está no texto legal seria um dos principais motivos para que os professores trabalhassem com mais vontade” (PROFESSORES DA ESCOLA). Então seria somente a questão financeira um empecilho deste trabalho educacional demonstrando com isso o capital ainda move as pessoas.

8. Como tem sido a participação do corpo escolar em relação às diferenças dos alunos? R- *Tudo que está ao alcance da comunidade escolar é feito em prol da aprendizagem, sabendo distinguir e aceitar as diferenças normalmente.*

Há uma controvérsia na fala da coordenadora, que tem na escola alunos com deficiência em turmas separadas, e fica a dúvida: será realmente feito tudo? O comentário da coordenadora não satisfez a expectativa do questionário. Por se tratar de uma coordenadora era esperado respostas que se pudesse entender o conceito de inclusão. A necessidade de conhecer os direitos de pessoas com deficiência já é um sinal de que se pode buscar uma melhora no sistema educacional, cabe aqui fazer menção novamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96.

> Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escola, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais.
> §1º Haverá quando necessário serviço de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

Não se pode conviver com o retrocesso educacional seguindo modelos, tais como os da década de 30 e 40, os tempos atuais requerem atitudes rápidas e precisas para que se possa acompanhar o ritmo frenético das novas tecnologias na busca da qualidade educacional. O que vemos aqui muitas das vezes são alunos mais inteligentes em termos tecnológicos que os próprios professores que ainda não detém tais informações, ou alunos menos inteligentes ou deficientes sendo segregados em pleno o século XXI.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão remete a escola às questões de estrutura e de funcionamento para a ostentação de seu papel na educação, não obstante a mesma evolui a passos lentos. A inclusão escolar ainda é contestada pelas mudanças ocorridas no meio educacional à ética de seu posicionamento social a torna irreversível por sua lógica.

A inclusão que transcorre desde os tempos tradicionais até os tempos mais modernos torna a instituição escolar brasileira em um patamar desfavorável, a pesquisa é uma experiência inovadora com contribuições favoráveis ao exercício

profissional docente. Confrontando teoria e prática, ainda há muito que se fazer para que se alcance tal equidade. A escassez de profissionais formados diretamente à área de Educação Especial dificulta e muito o processo de inclusão, mesmo com os direitos assegurados em lei, não há a formação adequada para os professores e para os alunos, não há um ambiente propício para que se sintam acolhidos. Foi levantado o questionamento para conhecermos as dificuldades que os docentes encontram quando se trata de inclusão, como ela ocorre e se ela realmente ocorre no cotidiano escolar.

Diante da pesquisa observou-se que o tema faz-se novo para alguns professores e para outros despertou o interesse em conhecer e preparar-se para lidar com as necessidades educativas de seus alunos, buscando cada vez mais informações sobressalentes a respeito do tema. A escola inclusiva tem um futuro que depende de uma expansão rápida dos projetos que são verdadeiramente imbuídos do compromisso de fazer com que a escola passe por esta transformação de adequação.

As experiências locais são vistas como válidas dentro de seu contexto nas escolas e redes de ensino brasileiro, a utopia pode ser possível, observando estas experiências tem-se a certeza de que nada mais é do que virtudes claras e objetivas que anteviam este novo paradigma educacional. A transformação não ocorre como um passe de mágica, a qualidade e a igualdade escolar esconde-se através da aparente fragilidade das pequenas iniciativas, nas pequenas experiências locais, o entrave entre estas experiências contra o sistema educacional muitas vezes velho e enferrujado é que quebram o bloqueio e podem tornar as escolas inclusivas.

Essas iniciativas têm mostrado a viabilidade da inclusão nas escolas brasileiras. Todos os termos das leis que defendem a inclusão e as várias teorias que influenciam estas atitudes não representam quase nada diante do universo que ainda obstrui a inclusão escolar. De todas as deficiências permanentes ou não até o ponto de marginalização é que dificulta a permanência de cada indivíduo dentro da escola, neste caso há um embate entre leis e documentos. A formação de cada profissional da educação evidenciando um interesse na qualidade do ensino, mesmo que fique comprovada por meio da pesquisa a falta de interesse em sua qualificação, não conhecendo principalmente seu direito enquanto educador, o que dirá os direitos que cabem aos alunos. Investir ou não nas adaptações cabíveis às situações impostas pela escola. Uma coisa são as teorias que dizem está tudo bem,

têm-se escolas inclusivas de qualidade, outra coisa é ver onde elas estão inseridas, o contexto é outro bem diferente e na verdade se está longe de sê-la.

De fato o que ocorre hoje dentro da escola em estudo ainda é o mesmo que ocorreu na fase de segregação, alunos com deficiência convivendo com alunos “normais” no âmbito escolar, porém em sala separada dos demais. O que prova que a escola pesquisada não trabalha de forma verdadeiramente para atender as necessidades educacionais a luz da educação inclusiva sendo assim as práticas desenvolvidas pelos docentes fica unicamente em discursos belos aos olhos de quem está de fora do convívio escolar.

Conclui-se que a realidade ainda está à mercê da ignorância imposta pelos professores da escola em estudo, a falta de preparação está nítida no currículo destes docentes que afirmam em não ter nenhuma formação adequada para trabalhar com a inclusão a construção contínua do conhecimento desses educadores deve ocorrer em conjunto envolvendo todos profissionais da educação, uma vez que todos de alguma forma, já vivenciaram uma experiência com deficientes no decorrer de sua profissão e em contra partida a escola não dispõe de uma proposta inclusiva. A educação tornar-se-á de qualidade e eficaz quando for dada a devida importância e valorização da formação de todos os professores, incluindo os da educação especial dando ênfase a suas diversidades e habilidades. Mas para isso não basta ter somente o apoio de órgãos públicos, prevalece a boa vontade dos profissionais da educação em ampliar seus conhecimentos sobre o assunto, o apoio da família e a conscientização da população em geral em aceitar as diferenças acreditando que toda pessoa com necessidades especiais é capaz de desenvolver-se intelectualmente e ter boas relações com todas as outras pessoas sejam elas com ou sem deficiência.

Sabe-se que o papel da escola é transformar cidadãos críticos e reflexivos e não se deve limitar o professor apenas a cursos de graduação buscando novas situações inovando suas metodologias e incentivando a formação continuada dos professores e nem tampouco os alunos com ou sem deficiência de expandirem seus conhecimentos, a dinâmica de sempre querer mais torna o individuo capaz das mais diferentes façanhas, limitar não é o mesmo que quebrar fronteiras e fazer fluir o cognitivo de cada um.

REFERÊNCIAS

AÇÕES INCLUSIVAS. Disponível em: http://www.ifbaiano.edu.br/napne/.com.br acesso 15/05/13

AMIRALIAN, Maria Lucia T. M. **Psicologia do excepcional**. São Paulo: EPU, 1986 (temas básicos de psicologia).

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO (1988):** Texto constitucional de 5 de outubro de 1988, - Brasília: imprensa nacional, divisão de editoração, 1997.

_____. LEI Nº 8069, DE 13 DE JULHO DE 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Brasília: presidente da República.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDBEN Nº 4.024/61. Brasília: MEC/SEF, ano.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDBEN Nº 5.692/71. Brasília: MEC/SEF, ano.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDBEN nº9394/96. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____.**Plano Nacional de Educação**. 2001. Acessado em 27/07/2010. Disponível em http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira:** integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: Educ. 1993.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A educação escolar, a exclusão e seus destinatários.**

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Coordenadoria Nacional parar a Integração da Pessoa portadora de Deficiência. Brasília, 2007

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. Jomtien, Tailândia: UNESCO, [1990?].

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em http://portal.mj.gov.br acessado em 23/06/2013

Decreto nº 3.298, POLÍTICA NACIONAL PARA A INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA. 20 de Dezembro 1999.

DICIONÁRIO AURÉLIO. Disponível em http://dicionarioaurelioonline.com.br

Educação Especial Educação Inclusiva: Rev. Bras. Educ. Espec. vol. 13 nº 02 Marília, May/Aug. 2007. Disponível em http:// www.scielo.br. Acessado em 25/05/13.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FRASES DE AYRTON SENA. Disponível em: www.pensador.uol.com.br/. Acesso 20/05/13

FÁVERO, Eugenia Augusta Gonzaga. REVISTA NOVA ESCOLA ONLíneas. **Leis sobre diversidade Direitos das Pessoas com Deficiência,** 342 págs. Ed. WVA, Publicado em Outubro 2006.

GLAT, Rosana. **A integração Social dos Portadores de Deficiências:** uma reflexão. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação Continuada de Professores**:- Porto Alegre, 2010.

INCLUSAO ESCOLAR: um desafio entre o ideal e o real. Disponível em: http://www.portaleducacao.com.br. Acesso em 21/06/13.

Lei 8405/92. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior** (Capes). Brasília, 1992

MANTOAN, M.T.E. (1988). **Compreendendo a deficiência mental:** novos caminhos educacionais. São Paulo: Editora Scipione.

_____. **Educação Inclusiva.** In: 2º Seminário Internacional Sociedade Inclusiva, 2001. Belo Horizonte: PUC- de Minas Gerais. Anais 2003. P.124-127.

_____. **Ser ou estar: eis a questão**. Explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. PRIETO, ARANTES (ORGs). **Inclusão escolar Pontos e contra pontos**. São Paulo Summus, 2006.

MAZZOTA, Marcos J. Da S. **Educação Escolar: Comum ou Especial?** São Paulo, Pioneira, 1986.

_____. **Educação Especial no Brasil:** história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

NAHUZ, Cecília dos Santos. **Manual para normalização de monografias**. - 3ed. Rev. Atual. E ampl. - São Luís, 2002.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: **Adaptações Curriculares** – estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

PAULON, Simone Manieri. **Documento subsidiário à prática de inclusão,** Brasília, Ministério da Educação. 2005

PRIOSTE, Cláudia Dias; RAICA, D.; MACHADO,M. L. G. **Dez questões sobre a Educação Inclusiva da pessoa com deficiência mental.** São Paulo: Avercamp, 2006.

PERANZONI, Vaneza Cauduro; FREITAS, Soraia Napoleão. Artigo da Revista do Centro de Educação Especial. **A evolução do (pré) conceito de deficiência**: Ed. 2000- N 16.

PERRENOUD, Philippe. **Dez Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre (Brasil), Artmed Editora, 2000. Disponível em http://www.unige.ch. Acessado em 13/06/13

PROJETO-POLÍTICO-PEDAGÓGICO 1995. Disponível em http://www2.portoalegre.rs.gov.br. Acessado em 20/05/2013.

PESSOTI, Isaías. **Da superstição a ciência**. São Paulo: Queirós/Edusp. 1984

REIS, Marlene Barbosa de Freitas. **Educação inclusiva:** limites e perspectivas. Goiânia: Deescubra, 2006. Citado na revista REVELLI – Revista de Educação, Linguagem e Literatura da UEG-Inhumas.

REVISTA SCIENTIFIC MAGAZINE. **O papel do gestor na formação continuada dos docentes**. Disponível em www.scientificmagazine.com.br. Acessado em 07 de maio de 2013.

REGIMENTO INTERNO DA ESCOLA 2012. Afonso Cunha-Maranhão

Revista de Educação, Linguagem e Literatura da UEG. **Educação inclusiva**: o desafio da formação de professores– v. 3, n.1 – março de 2011 – p. 07-17 – disponível em www.ueg.inhumas.com/revelli. Acesso em 20/05/2013.

SALETE, Maria; ARANHA, Fabio. **Educação inclusiva:** a escola. V. 03– Brasília: MEC, SEESP, 2004.

SILVA, Elisângela da. (2003) **Um olhar sobre a formação continuada de professores em escolas organizadas no regime de ensino em ciclo**(s), - formação de professores/ n. 08 PUC-rio gt:

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1992.

SILVA, Rosana A. da. **A Trajetória da Educação Especial Brasileira:** das Propostas de Segregação à Proposta Inclusiva: O Olhar da Cidade de Mairiporã. Monografia apresentada para conclusão do curso de Especialização Latu Sensu “A Educação Inclusiva na Deficiência Mental”, PUC, São Paulo, 2003.

UNESCO. Ministério da Educação e Ciência da Espanha. **Declaração de Salamanca:** sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca: UNESCO, 1994.

WWW.CIDADESDOMEUBRASIL.COM.BR/MA/AFONSO_CUNHA

APÊNDICE

APÊNDICE A- Questionário aplicado aos professores

O presente questionário é parte de uma pesquisa que visa a compreensão dos conceitos vivenciados pelos professores da Escola Municipal que abrange a temática: Educação Especial e a Formação do professor, com o objetivo analítico crítico das atitudes da comunidades escolar diante da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais.

1. Qual sua formação?

_____

_____

_____

2. Em sua formação você recebeu alguma preparação para trabalhar com pessoas que tenham necessidades educacionais especiais? E qual?

_____

_____

_____

3. Há quanto tempo você exerce a profissão?

_____

_____

_____

4. Você se considera preparado para trabalhar com inclusão?

_____

_____

_____

5. A Secretaria Municipal de Educação oferece formação continuada na área da Educação Especial?

_____

_____

_____

6. O que falta para melhorar?

_____

_____

_____

7. O deficiente é um invalido?

_____

_____

_____

8. Quando e qual foi a ultima formação na área da educação especial que você participou?

_____

_____

_____

9. A sua escola possui alguma proposta de formação continuada?

_____

_____

_____

10. Para você o que é um aluno com necessidades educacionais especiais?

_____

_____

_____

11. O que é feito para garantir a permanência dos alunos com necessidades educacionais de ensino?

_____

_____

_____

APÊNDICE B- Questionário aplicado ao gestor

O presente questionário é parte de uma pesquisa que visa a compreensão dos conceitos vivenciados pelos professores da Escola Municipal que abrange a temática: Educação Especial e a Formação do professor, com o objetivo analítico crítico das atitudes da comunidades escolar diante da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais.

1. Como ter certeza de que um aluno com deficiência está apto a frequentar a escola regular?

_____

_____

_____

2. Para torna a escola inclusiva, o que compete às diversas esferas do governo?

_____

_____

_____

3. Ao promover a inclusão, é preciso rever o projeto político pedagógico (PPP) e o currículo da escola?

_____

_____

_____

4. A presença de deficientes na escola influencia na hora das avaliações?

_____

_____

_____

5. Como integrar o trabalho do professor ao do especialista?

_____

_____

_____

6. Como preparar os funcionários para lidar com a inclusão?

_____

_____

_____

7. Em que turma o aluno com deficiência deve ser matriculado?

_____

_____

_____

8. Quantos alunos com deficiência podem ser colocados na mesma sala?

_____

_____

_____

9. A escola oferece formação continuada para os professores?

_____

_____

_____

APÊNDICE C- Questionário aplicado ao coordenador

O presente questionário é parte de uma pesquisa que visa a compreensão dos conceitos vivenciados pelos professores da Escola Municipal que abrange a temática: Educação Especial e a Formação do professor, com o objetivo analítico crítico das atitudes da comunidades escolar diante da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais.

1. Qual sua formação?

_____

_____

_____

2. Há quanto tempo você exerce a profissão?

_____

_____

_____

3. Quem são os sujeitos que devem ser apoiados pela educação especial?

_____

_____

_____

4. Que tipo de deficiência é possível atender na escola regular e quais necessitam de escola especial?

_____

_____

_____

5. Quais as dificuldades que a escola encontra para implementar suas prática pedagógicas inclusivas?

_____

_____

_____

6. A resistência dos professores é grande para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais?

_____

_____

_____

7. O que é feito pela coordenação para motivar os professores a trabalharem a inclusão?

_____

_____

_____

8. Como tem sido a participação do corpo escolar em relação às diferenças dos alunos?

_____

_____

_____